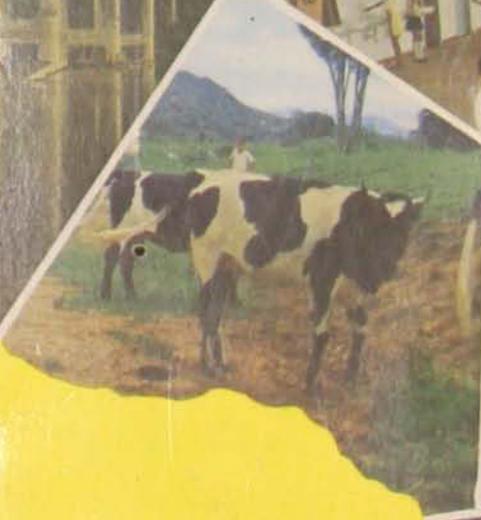
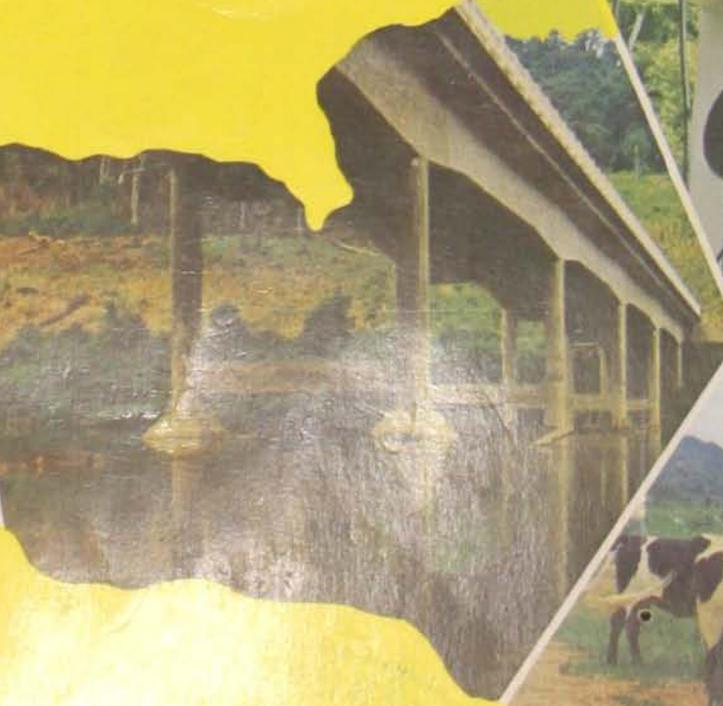


Biblioteca Pública do Estado  
Setor de Santa Catarina

Caixa Governador  
Ivo Silveira



# GOVERNADOR IVO SILVEIRA

# plamag



### **In Memoriam**

Em outubro de 1961, um Homem, engenheiro e catarinense, iniciava o trabalho de instalar e conduzir um órgão criado pelo Govêrno do Estado para servir a Santa Catarina.

O Homem, engenheiro e catarinense, era **Annes Gualberto**.

O órgão, o **Gabinete de Planejamento**, cuja sigla — PLAMEG — há sete anos cumpre a missão de servir ao Estado.

Essa missão, conduziu-a, exemplarmente, o engenheiro dinâmico e administrador experimentado, catarinense digno de figurar entre os que, pela obra, conduta e exemplo de civismo, exaltaram o Estado.

No período mais nobre da vida de um homem público — o que corresponde ao gôzo de aposentadoria conquistada após longo e atribulado período de trabalho inteiramente dedicado ao serviço público, no desempenho de funções, como foi seu caso, as mais destacadas porque tôdas de alta responsabilidade — **Annes Gualberto** foi convocado a novamente servir ao seu Estado.

Nôs tivemos a honra e a felicidade de trabalhar com êle. E trabalhar com êle equivaleu a aprender todo um aprendizado de sempre procurar fazer bem feitos todos os deveres.

Seu Estado lhe deve um preito de gratidão.

O Gabinete de Planejamento, sua obra, o respeito da criatura ao seu criador.

Os que com êle trabalharam, a homenagem de uma admiração impossível de medir, o preito de uma saudade que sua amizade, nobreza, envergadura e humildade, deixaram profundamente marcada, e que nos fazem, nesta homenagem, como dizíamos ao nos dirigirmos a êle, dizer simplesmente, antepondo o titulo respeitoso ao seu nome, simples como êle: **Doutor Annes**.

# APRESENTAÇÃO

Três anos de uma parcela da ação do Governo do Estado são o conteúdo deste Relatório.

Nêles realizaram-se os empreendimentos de que se dá a notícia sumária, quantificados em números, visualizados na reprodução fotográfica e em cartogramas, nos limites que o volume permitiu documentar.

O Relatório é parcial, em termos de Governo, porque se reporta à área do Plano de Metas, que, embora integrando a ação dos órgãos estaduais com o Gabinete de Planejamento, informa exclusivamente o resultado da aplicação dos recursos consignados aos orçamentos-programa do PLAMEG. Os mesmos órgãos que se integraram na execução do Plano coordenado pelo Gabinete de Planejamento, igualmente efetuaram investimentos em projetos próprios, os quais, por conseguinte, constituirão relatórios específicos.

Nos três anos abordados no Documento, executaram-se obras e serviços resultantes de um Plano de Metas sancionado a nível popular, porque deferido em lei decretada pelos representantes do povo na Assembleia Estadual; estruturado tecnicamente, porque resultante de estudos que asseguraram sua viabilidade; economicamente possível, porque compatibilizado com as necessidades de desenvolvimento de Santa Catarina.

Por tudo isto, política e socialmente desejável.

Os programas setoriais do Plano de Metas e seus projetos específicos formam um conjunto de medidas que perseguem um objetivo comum: transformar em serviços, obras e resultados úteis ao homem e à economia catarinense, os recursos gerados pela atividade econômica do Estado.

Isto pretende demonstrar este Relatório, pois, mais do que servir como prestação de contas, deve alcançar o sentido de confronto entre a confiança e a expectativa: aquela, sentimento de cada um dos governados em relação à obra dos governantes; a outra, equivalente à legítima aspiração dos que, cidadãos responsáveis, têm o legítimo direito de esperar do Governo o cumprimento do dever cívico de bem conduzir, no alto interesse da Comunidade, a coisa pública.

HAMILTON JOSÉ HILDEBRAND  
Secretário Executivo



# meta I

## MELHORIA DOS MEIOS ADMINISTRATIVOS

A adoção das técnicas de planejamento, a coordenação e o controle da execução dos programas, são pressupostos da moderna administração.

Para atingir esse estágio de aprimoramento dos mecanismos administrativos, é necessário, a par das medidas de adequação dos instrumentos operacionais, o aparelhamento do serviço público em termos de recursos materiais e humanos.

O complexo das atividades compreendidas nesse processo e expressas na filosofia da Reforma Administrativa preconizada pelo Governo da República, constitui o conteúdo da Meta primeira no Plano do Governo catarinense.

# REFORMA ADMINISTRATIVA

O Plano de Metas é um instrumento de ação coordenada para a execução de empreendimentos destinados a alcançar objetivos certos no campo do desenvolvimento.

Como tal, apoia-se nos mecanismos de planejamento que se consubstanciam na metodologia de orçamento-programa, o qual, de sua vez, constitui o instrumento de disciplina e orientação dos dispêndios públicos, compatibilizando a política de desenvolvimento do Governo com o fluxo dos recursos financeiros.

Essa instrumentação e esses mecanismos, porém, para serem convenientemente acionados, supõem a existência de um complexo administrativo em sintonia com a filosofia do Plano e sincronizado com o ritmo desejável na execução dos programas setoriais.

Alcançar e manter essa sintonia e essa sincronização, eis a missão da Reforma Administrativa, elevada, no Programa Estratégico do Governo Federal, ao nível de Reforma de Base para o Desenvolvimento.

Em Santa Catarina, a Reforma Administrativa foi inaugurada com a instituição do próprio Plano de Metas, no seu conteúdo e na sua instrumentação, e consolidado com a reforma da Secretaria da Fazenda, em resultado dos estudos realizados através do PLAMEG, com implantação assegurada em decorrência da recente aprovação do texto legal que disciplinou a reformulação técnico-administrativa do órgão responsável pela realização da receita estadual.

O Programa de Reforma Administrativa prosseguirá, no Estado, alcançando a Secretaria de Educação e Cultura, em função dos estudos já conclusos, efetuados também sob o patrocínio do PLAMEG, através de uma comissão de técnicos catarinenses, que produziu, simultaneamente, o Projeto do Plano Estadual de Educação solicitado pelo Governador Ivo Silveira.

# REFORMA EDUCACIONAL

Velha aspiração do Gabinete de Planejamento e do Conselho Estadual de Educação, começou a concretizar-se em 1968, graças à decisão do Governador Ivo Silveira, um Plano global da educação catarinense, que inclui a reforma administrativa da Secretaria da Educação e Cultura.

Durante os três últimos anos, o Plameg vinha incluindo em seus programas de trabalho recursos para pesquisas, estudos e levantamentos, com vistas à obtenção de um diagnóstico profundo da realidade educacional do Estado. Em decorrência, foram produzidos pela Faculdade de Educação da UDESC e outras instituições especializadas importantes documentos que hoje podem alicerçar um escalonamento de prioridades para a educação no Estado.

No mês de julho de 1968, através do Decreto N.º 7.023, de 25/7/68 o Governador do Estado criou uma comissão de alto nível à qual se integraram grupos de trabalhos, em que se representaram o Conselho Estadual de Educação, a Secretaria de Educação e Cultura, o Gabinete de Planejamento do Plano de Metas, a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e a Universidade Federal de Santa Catarina.

Os trabalhos foram imediatamente iniciados e concluídos no prazo indicado no referido Decreto, ou seja a 15 de dezembro.

O Plameg elaborou projeto específico, a fim de oferecer cobertura financeira ao empreendimento e sua Comissão de Programas e de Coordenação Orçamentária prestou colaboração técnica na discussão de vários aspectos do Plano e da Reforma.

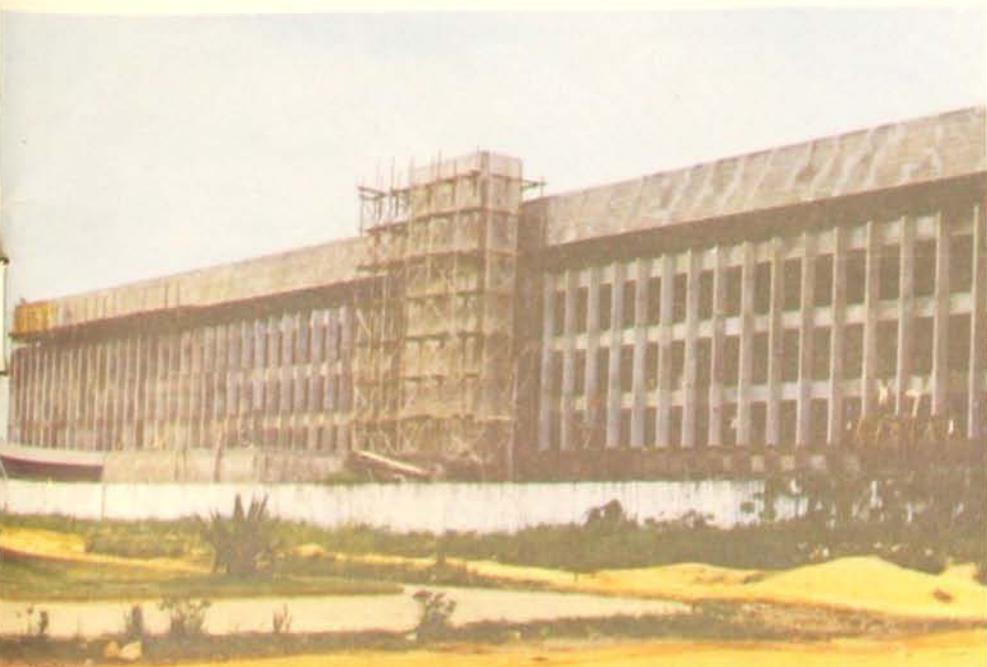
Os ante-projetos elaborados pela comissão de especialistas serão analisados pelo Conselho Estadual de Educação e, aprovados, poderão proporcionar ao Estado de Santa Catarina uma situação de liderança na planificação dos empreendimentos educacionais, face ao arrôjo, atualização e racionalidade das metas projetadas.

O programa de trabalho do Gabinete de Planejamento para 1969 prevê um destaque orçamentário para suporte das medidas de implantação do Plano Estadual de Educação e da Reforma Administrativa da SEC.



Hall de entrada

Bloco Administrativo



## PODER LEGISLATIVO

O Governo IVO SILVEIRA, certo da confiança do povo catarinense no regime democrático e consciente de que a harmonia entre os poderes estaduais solidifica-se no reconhecimento de que a eles se devem condignas instalações, determinou a construção da nova sede do Poder Legislativo.

Erigido em área nobre, no centro da Capital, vem sendo cuidadosamente concluído o edifício, sob a orientação técnica do Engenheiro Olavo Fontana Arantes, contando com uma área construída de 12.000 m<sup>2</sup>, no qual foi empregado um volume de concreto armado de 6.000 m<sup>3</sup>. Toda a estrutura foi construída em concreto aparente, com esquadrias de alumínio anódizado.

A nova Assembléia Legislativa estará concluída em 1969.

As dependências, distribuídas funcionalmente, compreendem:

**Pavimento Térreo:** hall de entrada, plenário, hall dos Deputados, sala das comissões, correios e telégrafos, agência bancária e central telefônica.

**Bloco de administração:** nas dependências do 2.º, 3.º e 4.º pavimentos, serão instalados as Diretorias, o Departamento de pessoal, a sala dos Deputados, serviço médico e dentário, a sala da presidência e dos secretários da Mesa. No 5.º pavimento estarão localizados o restaurante e a Biblioteca.

A cobertura do pavimento térreo constituirá uma praça totalmente coberta destinada a reuniões públicas, oferecendo acesso às galerias do público sobre o plenário.

A cobertura de todo o conjunto será em concreto armado com 15 m de balanço em cada lado e apoiada em 12 pilares com um vão livre de 30 m.

A área adjacente, toda urbanizada, formará composição arquitetônica com o novo edifício do Tribunal de Justiça.

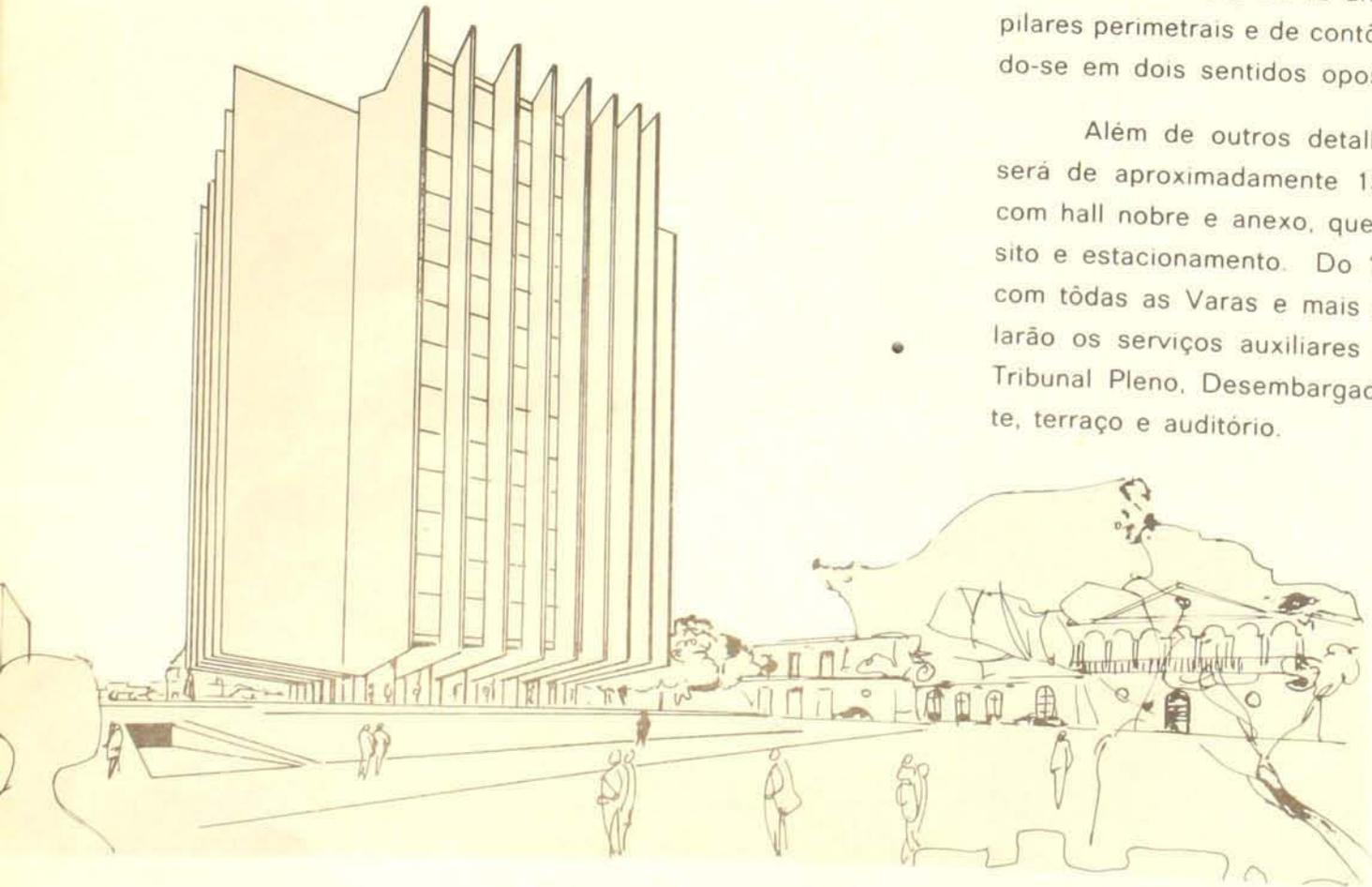
## EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES PARA AS SEDES DO PODER JUDICIÁRIO

# PALÁCIO DA JUSTIÇA

O Palácio da Justiça, juntamente com o Palácio Legislativo, formará na Capital um conjunto arquitetônico dos mais belos.

Seu edifício de 12 andares consistirá, estruturalmente, em uma série par de pilares perimetrais e de contorno interno, espaçados de 3 em 3 metros, entrelaçando-se em dois sentidos opostos, suportando lages de 9 metros de vão.

Além de outros detalhes de alta linha arquitetônica, a área de construção será de aproximadamente 15.000 m<sup>2</sup> nos diversos pavimentos, contando no térreo com hall nobre e anexo, que abrigará o registro civil, arquivo geral, garage, depósito e estacionamento. Do 1.º ao 6.º pavimentos instalar-se-á o Fórum da Comarca, com todas as Varas e mais a administração geral. Do 7.º ao 10.º andar se instalarão os serviços auxiliares do Tribunal, Procuradoria, Presidência, Consultoria, Tribunal Pleno, Desembargadores, e no 11.º andar os serviços de bar, restaurante, terraço e auditório.



Perspectiva — Palácio da Justiça

# FORUNS

O aumento dos serviços forenses determinou a criação de várias Comarcas novas, nas diversas jurisdições do Estado. Dotá-las de sedes compatíveis, constitui programa do Plano de Metas.



Forum de Campos Novos



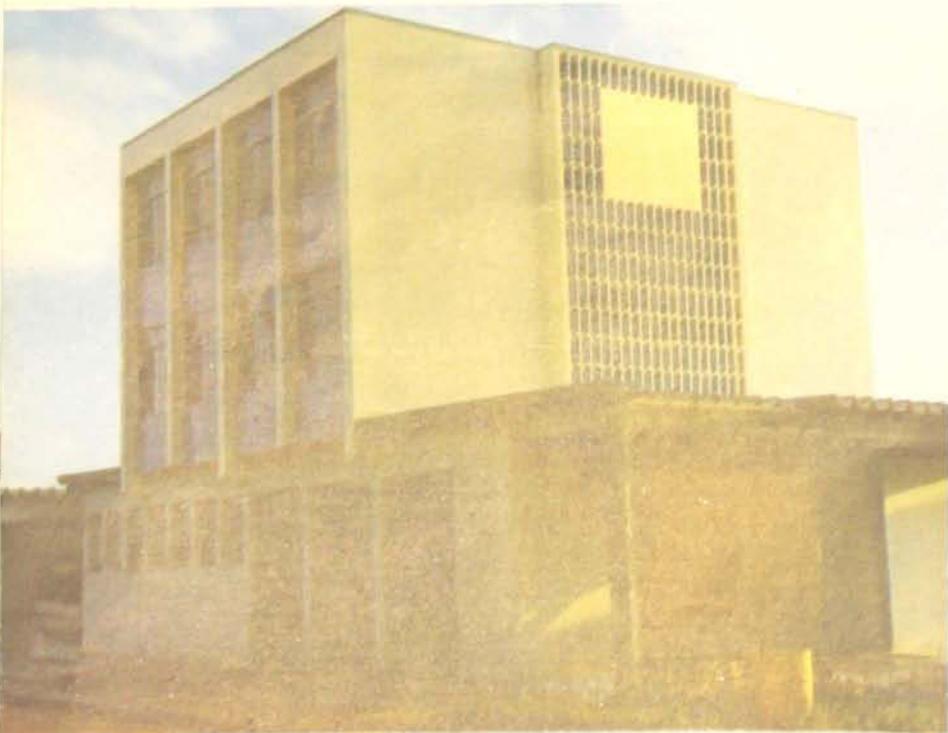
Forum de Curitibaanos

Foram concluídos no atual governo os Foruns de Campos Novos, com 907,00 m<sup>2</sup> de área coberta; o de Concórdia, com 965,91 m<sup>2</sup>; e o de Curitibaanos com 1.600 m<sup>2</sup>. Em convênio com as respectivas Prefeituras Municipais, foram concluídos os Centros Cívicos de Ponte Serrada, com 599,55 m<sup>2</sup>; o de Trombudo Central, com 1.033,14 m<sup>2</sup> e a adaptação do Prédio da Prefeitura de Imarui, para a instalação do Forum da Comarca.

Encontram-se em construção o Forum de Canoinhas, com 1.402,84 m<sup>2</sup>; o de Capinzal, com 907,00 m<sup>2</sup>; o de Joinville, com 3.584,23 m<sup>2</sup> e o de Xanxerê, com 1.513,60 m<sup>2</sup>. Em convênio com a Prefeitura de São Joaquim e Pomerode, já em fase final, estão sendo executados os Centros Cívicos daquelas Comarcas, com uma área de 1.746,00 m<sup>2</sup> e 1.600,00 m<sup>2</sup>, respectivamente.



Centro Administrativo de Santo Amaro  
da Imperatriz



Centro Administrativo de Morro da Fumaça

## CENTROS ADMINISTRATIVOS

Além das construções dos Centros Cívicos de Ponte Serrada, Trombudo Central, São Joaquim e Pomerode, já anteriormente citados, que abrigarão também os Serviços Públicos Municipais e Estaduais, está em construção, em Joinville, o Edifício Público que abrigará os serviços fazendários do Estado naquele Município. Terá a obra uma área de 2.034,15 m<sup>2</sup>.

Em convênio com as respectivas Prefeituras Municipais, construíram-se os Centros Administrativos de Morro da Fumaça, com 765,22 m<sup>2</sup>; o de Três Barras, com 504,00 m<sup>2</sup> e o de Santo Amaro da Imperatriz, com 846,60 m<sup>2</sup>. Além dessas construções, executa-se, ainda, a ampliação da Prefeitura de Lontras e a reforma do prédio da Prefeitura Municipal de Pedras Grandes.

# IMPrensa OFICIAL DO ESTADO

Em janeiro de 1966 o Governo do Estado iniciou os estudos para a construção do prédio destinado a abrigar tôdas as dependências da I. O. E., então inadequadamente instaladas em quatro edificios diferentes.

No mesmo exercicio foram iniciadas as obras e concluidas em 30/1/67.

Primeiro resultado da mudança: em apenas 2 meses de funcionamento, a Divisão Industrial, dispondo das mesmas máquinas e do mesmo pessoal, elevou em 20% sua produção.

A Imprensa Oficial do Estado, que sempre foi deficitária, passou a ser lucrativa: o deficit de 1965 (cêrca de NCr\$ 60.000,00) não se repetiu, pois o órgão acaba de registrar um superavit de NCr\$ 300.000,00.



Vista Parcial (Administração e Oficinas)



Vista Interna (Oficinas)

# GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

Os mapas sempre atenderam às necessidades da vida prática, como instrumentos fundamentais às pesquisas e ao planejamento, servindo como fonte de consulta e orientação.

Integrado o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia nos objetivos do Plano de Metas do Governo, convênios foram firmados para aperfeiçoamento do pessoal técnico, realização de pesquisas geográficas e geológicas, aquisição de material e equipamento para restituição aerofotogramétrica, destacando-se os seguintes projetos:

**Atlas de Santa Catarina** — Objetivando fornecer informações e orientação aos trabalhos de planejamento e preencher, ao mesmo tempo, uma lacuna no ensino da geografia, tornando mais conhecida a realidade catarinense, o DEGC, com apóio financeiro do PLAMEG, está editando um novo Atlas Geográfico de Santa Catarina, empreendimento precedido de longas pesquisas promovidas por técnicos também do DEGC, professores e alunos do curso de Geografia da FFCL, da UFSC, com o concurso do PLAMEG.

**Mapeamento Topográfico** — O Governo do Estado de Santa Catarina, pelo PLAMEG e DEGC, firmou convênio, em setembro de 1968, com a Fundação IBGE, através do seu Instituto Brasileiro de Geografia, tendo como objetivo o «mapeamento topográfico sistemático» do Estado de Santa Catarina, na escala de 1:100.000, em fôlhas de 30' x 30'. Os trabalhos de reambulação e parte dos serviços de restituição e desenho serão executados por técnicos do DEGC, com apóio do PLAMEG. O tempo previsto para a conclusão dos trabalhos, inclusive a impressão, é de três anos.

**Mapa Geral do Estado** — Também em convênio com o PLAMEG, o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia publicou nova edição do Mapa Geral do Estado, na escala de 1:500.000, a cores, com a tiragem de 10.000 exemplares. Essa nova carta do Estado, ampliada e atualizada, além de servir aos diversos setores da atividade, teve destinação especial como importante instrumento de ensino.



# ESTATÍSTICA

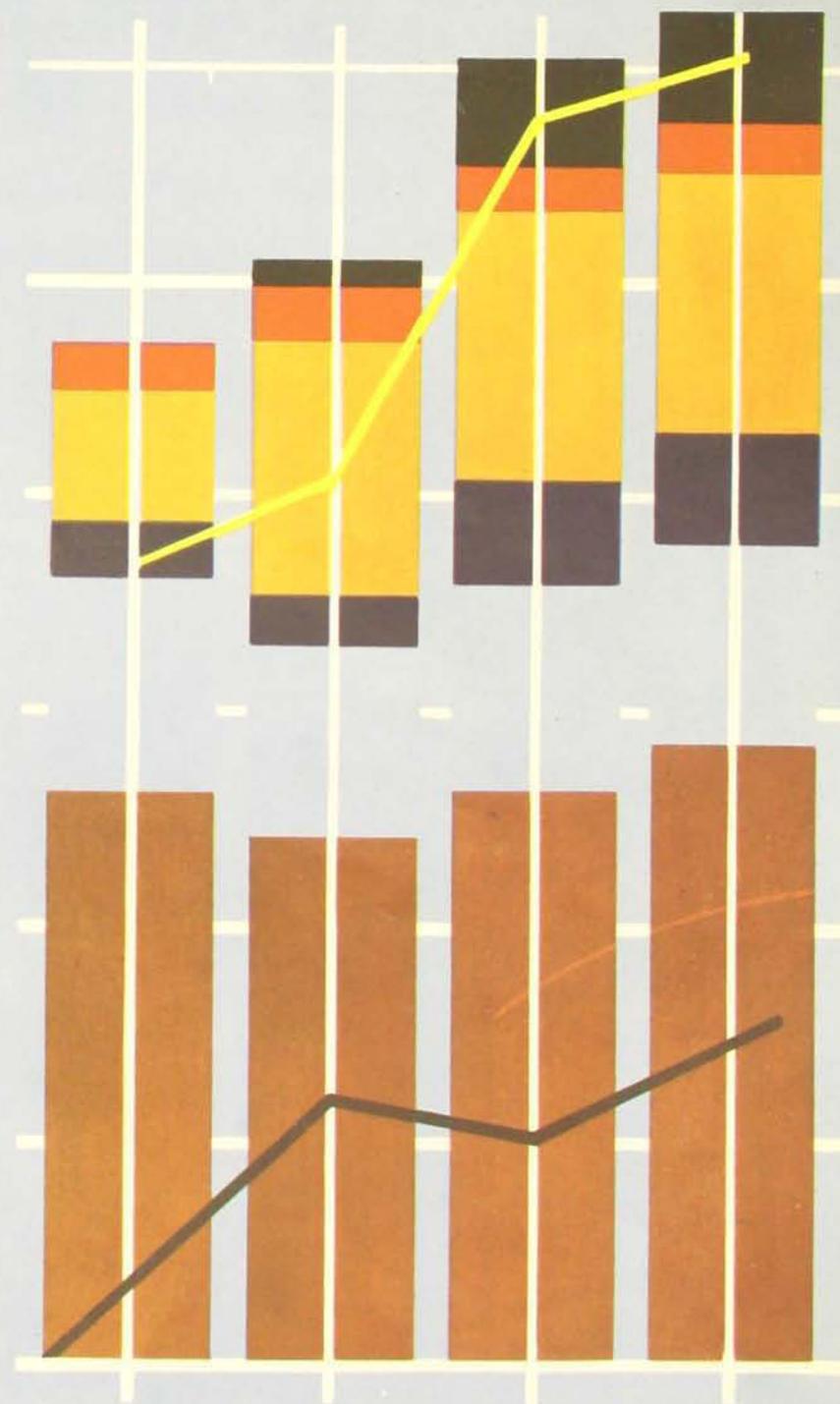
O planejamento pressupõe a utilização da estatística, instrumento indispensável ao diagnóstico da realidade sócio-econômica, ao equacionamento dos problemas, à definição de planos.

Fazia-se necessário, assim, conferir ao Departamento Estadual de Estatística, além das atribuições decorrentes da Convenção Nacional de Estatística, que lhe asseguram a condição de órgão integrante do sistema que funciona sob a égide da Fundação IBGE — a execução de tarefas mais intimamente relacionadas com os interesses da administração estadual.

Um dos setores que estava a reclamar a reativação no DEE, era o referente à divulgação dos resultados estatísticos, que viria demonstrar a realidade catarinense fornecendo elementos precisos para o melhor estudo e adequada análise dos fenômenos sociais.

Dai a razão dos convênios firmados entre o PLAMEG e o DEE para a revitalização do seu setor publicitário. Como resultado, catorze trabalhos, foram editados pelo DEE e distribuídos, gratuitamente, não só aos órgãos oficiais, como também a todos os interessados. Dentre eles: Produção Agrícola, A Pecuária em Santa Catarina, Produção Industrial, Comércio para o Exterior, O Ensino em Santa Catarina e Estatísticas Demográficas.

O Gabinete de Planejamento divulgou, também, vários trabalhos de cunho estatístico, noticiando as mais recentes cifras de Santa Catarina no campo da demografia, da economia, do ensino e da saúde. Foram elaborados os organogramas da Administração Estadual, do Plano de Metas e do Gabinete de Planejamento, bem como diversos indicadores, hoje indispensáveis àqueles que se dispõem à análise da conjuntura catarinense.





# meta II

## VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O nível de desenvolvimento de uma população está intimamente ligado aos benefícios tecnológicos, científicos e culturais, pois que, através deles, os governos implantam a infraestrutura, no objetivo de rentabilizar o econômico e elevar o social.

Detendo o Governo, portanto, a responsabilidade, em parcela substancial, de engajar o Homem como o instrumento motor das atividades para o desenvolvimento, cumpre sua missão de, através dos empreendimentos do Plano de Metas, assegurar essas finalidades, atingíveis pelo processo educacional no complexo dos seus componentes, consubstanciados no ensino, na pesquisa e na difusão cultural.



Jardim de Infância de Palhoça

# EDUCAÇÃO

## ENSINO PRÉ-PRIMARIO

Em Ensino Pré-Primário, dispendeu o Plano de Metas, no triênio, a importância de NCr\$ 88.397,13, aplicados em equipamentos de parques infantis e na construção dos Jardins de Infância de Gravatal e de Palhoça; o primeiro com uma área coberta de 214,45 m<sup>2</sup> e o segundo com 460,00 m<sup>2</sup>.



Jardim de Infância de Gravatal



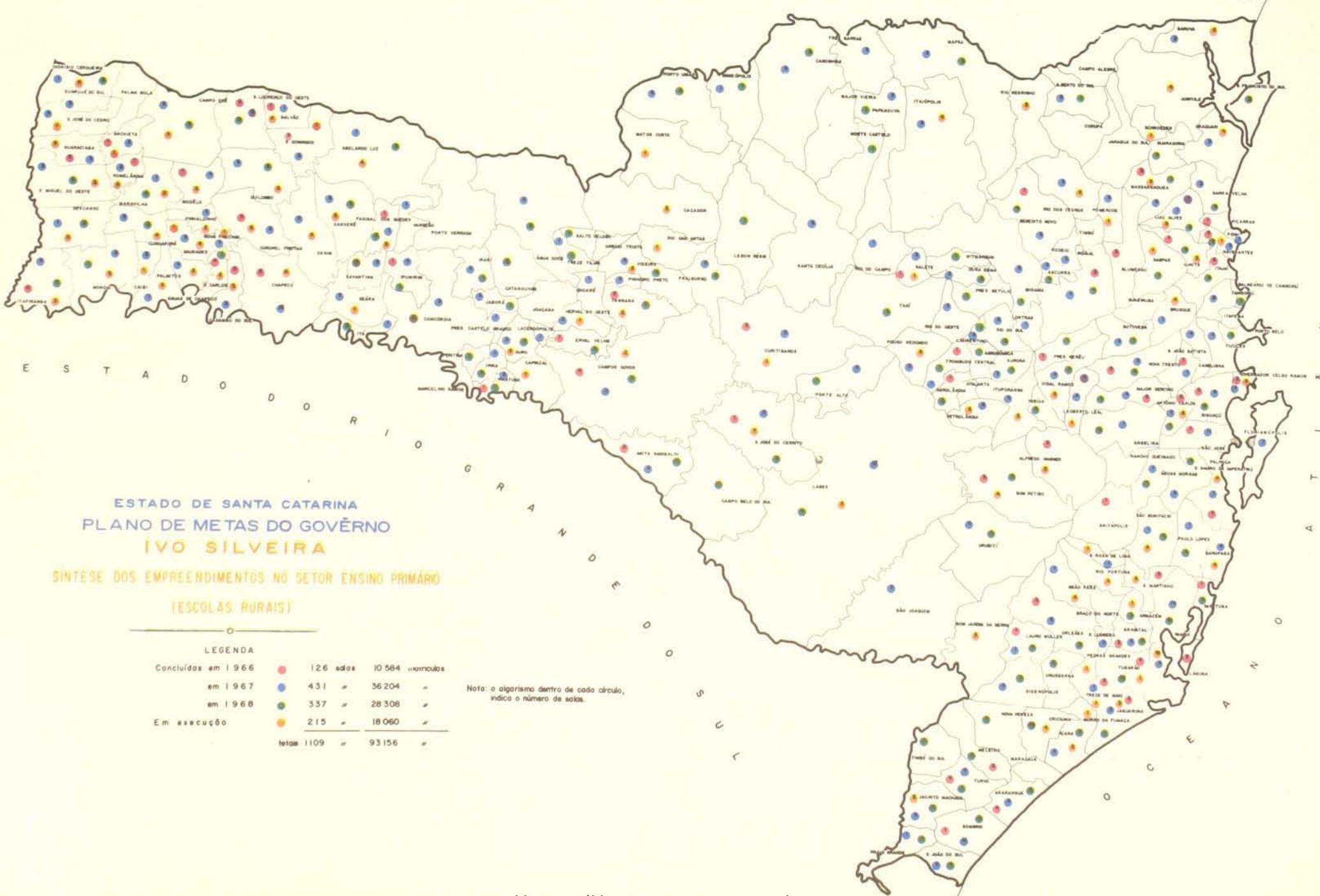
Escola Rural (Padrão duas salas)

## ESCOLAS RURAIS

Além dos investimentos na construção de novos Grupos Escolares e ampliação de outros, o Governo do Estado construiu Escolas Rurais objetivando uma solução de emergência para a demanda de matrícula no ensino primário.

Em 1966 foram construídas 126 salas rurais, acrescidas de 431 no ano de 1967. Em 1968 foram concluídas 337, encontrando-se em fase final de construção mais 215 salas, totalizando, assim, 1.109 salas no triênio. Tais salas, com uma área total coberta de 66.540 m<sup>2</sup>, permitem a matrícula de 93.156 alunos. Somadas as escolas rurais aos grupos escolares (construídos e em fase final de construção), teremos um total de:

- a) Área construída — 131.883,34 m<sup>2</sup>.
- b) Salas de aula — 1.806 unidades.
- c) Novas matrículas — 151.704 alunos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PLANO DE METAS DO GOVERNO**  
**IVO SILVEIRA**

**SÍNTESE DOS EMPREENDIMENTOS NO SETOR ENSINO PRIMÁRIO**  
**(ESCOLAS RURAIS)**

LEGENDA			
Concluídas em 1966	●	126	10.584
em 1967	●	431	36.204
em 1968	●	337	28.308
Em execução	●	215	18.060
<b>totais</b>		<b>1109</b>	<b>93.156</b>

Nota: o algarismo dentro de cada círculo, indica o número de salas.



G. E. Giocondo Tasso - LAGUNA



G. E. Luiz Delfino - BLUMENAU

# GRUPOS ESCOLARES

## Obras Concluídas

Iniciados no Governo anterior, foram concluídos no atual Governo 27 novos Grupos Escolares que totalizam 123 salas e 14.741,16 m<sup>2</sup> de área coberta.

Foram iniciados e concluídos no atual Governo 36 novos grupos escolares, totalizando uma área coberta de 23.557,80 m<sup>2</sup>, ou 313 salas de aula.

Nessas obras dispendeu o Governo a importância de ..... NCr\$ 2.844.440,58.

Além dessas obras foram ampliadas mais 53 unidades, compreendendo cerca de 149 salas de aula, equivalentes a um investimento de NCr\$ 1.133.767,40, e à área de 14.244,12 m<sup>2</sup> de construção.

Numa visão de conjunto, essas obras compreendem:

a) Unidades construídas .....	63
b) Unidades ampliadas .....	53
c) Salas de aula .....	585
d) Área construída .....	52.543,08 m <sup>2</sup>
e) Valor dispendido .....	NCr\$ 3.978.207,98

Esse esforço pode ser comparado:

- pela oferta de 49.140 matrículas novas;
- pelo custo médio de NCr\$ 75,00 por metro quadrado construído.



G. E. de Oxford - SÃO BENTO DO SUL

### Obras em Execução:

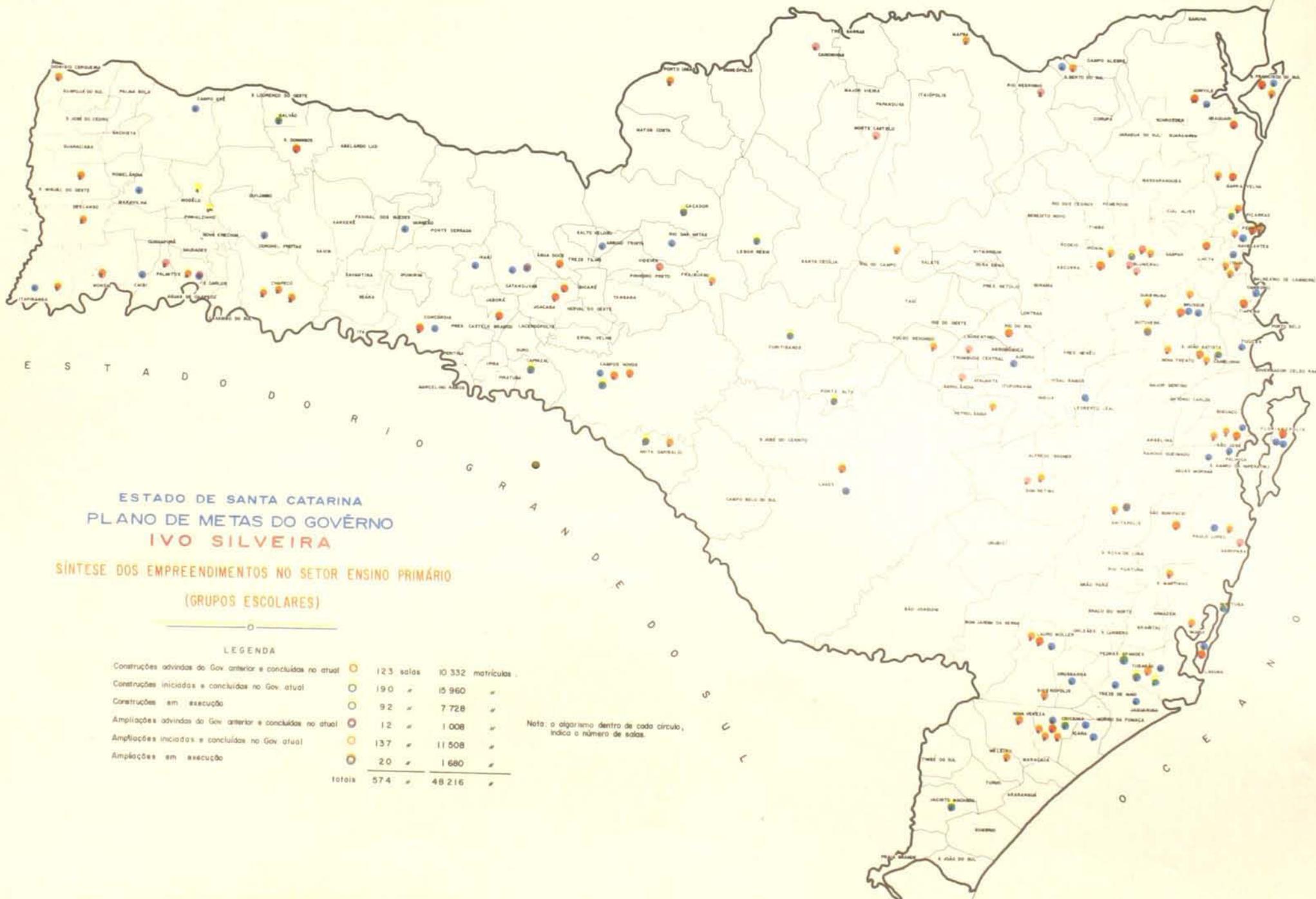
Há mais Grupos Escolares: encontram-se em construção 15 novas unidades, totalizando 92 salas e 10.712,80 m<sup>2</sup> de área coberta.

Estão sendo, ainda, procedidas ampliações em mais 8 unidades de Grupos Escolares, com a capacidade de 20 salas e 2.087,46 m<sup>2</sup> de construção.

Concluídas, essas obras permitirão a matrícula a 9.408 novos alunos.



G. E. de Palma Sola



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PLANO DE METAS DO GOVERNO**  
**IVO SILVEIRA**

**SÍNTESE DOS EMPREENDIMENTOS NO SETOR ENSINO PRIMÁRIO**  
**(GRUPOS ESCOLARES)**

LEGENDA

Construções advindas do Gov. anterior e concluídas no atual	123 salas	10 332 matrículas
Construções iniciadas e concluídas no Gov. atual	190 "	15 960 "
Construções em execução	92 "	7 728 "
Ampliações advindas do Gov. anterior e concluídas no atual	12 "	1 008 "
Ampliações iniciadas e concluídas no Gov. atual	137 "	11 508 "
Ampliações em execução	20 "	1 680 "
<b>Totais</b>	<b>574 "</b>	<b>48 216 "</b>

Nota: o algarismo dentro de cada círculo, indica o número de salas.

# ENSINO MÉDIO

A demanda de matrículas no 1.º e 2.º ciclos do nível médio, decorrência do crescimento da população escolar, deu dimensão inusitada ao programa de construção de salas de aula no atual período governamental.

A aplicação maciça de recursos do Estado, acrescidos da participação do Fundo Nacional do Ensino Médio, resultou na execução dos seguintes empreendimentos:

Conclusão do Ginásio Industrial do Estreito com uma área de 1.663,20 m<sup>2</sup>; — do Centro Educacional de Lages, com 4.467,00 m<sup>2</sup>; — Colégio D. Pedro II, de Blumenau, com 2.897,13 m<sup>2</sup>; — 1.º bloco do Ginásio e Escola Técnica de Pôrto Feliz, em Mondaí, com 577 m<sup>2</sup> (de uma área total de 2.610 m<sup>2</sup>); — o Colégio Normal de Biguaçu, com 1.358,00 m<sup>2</sup> e a estrutura de concreto dos blocos A, B e C, do Ginásio Industrial de Tubarão que terá uma área coberta de 5.203,00 m<sup>2</sup>; as ampliações do Colégio Comercial de Canoinhas com 390 m<sup>2</sup>; — do Colégio Barão de Antonina, de Mafra, com 1.249,08 m<sup>2</sup>; — do Colégio Casemiro de Abreu, de Curitibaanos, com 424,13 m<sup>2</sup>; — do Ginásio Marista de Criciúma; — do Colégio Gov. Ivo Silveira, de Palhoça e do Colégio Nossa Senhora de Fátima, de Rio Fortuna.



**Ginásio Industrial  
de Pôrto União**



**Colégio Normal de Tubarão**

**Ampliação de D. Pedro II - BLUMENAU**





**Colégio Normal S. José (Concórdia)**  
(Recém-adquirido pelo Governo)

Encontram-se, ainda, em construção, no Setor Ensino Médio, a Escola Familiar Rural de Palhoça; o Colégio Normal de Itajaí, com uma área de ..... 2.353,92 m<sup>2</sup>; o Colégio Normal de Timbó com 1.671,16 m<sup>2</sup>; o Colégio Normal de Tubarão, com 4.056,00 m<sup>2</sup> e o Ginásio Industrial de Tubarão; o Colégio Normal Frei Godofredo, de Gaspar, com 2.215,00 m<sup>2</sup>; a ampliação do Ginásio Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araranguá, com 125,24 m<sup>2</sup>; o Ginásio Industrial de Pôrto União, com 3.765,00 m<sup>2</sup> e a ampliação do Centro Educacional de Lages, com ..... 782,04 m<sup>2</sup>.



**Colégio Normal  
de Itajaí**

**Colégio Normal  
de Biguaçu**



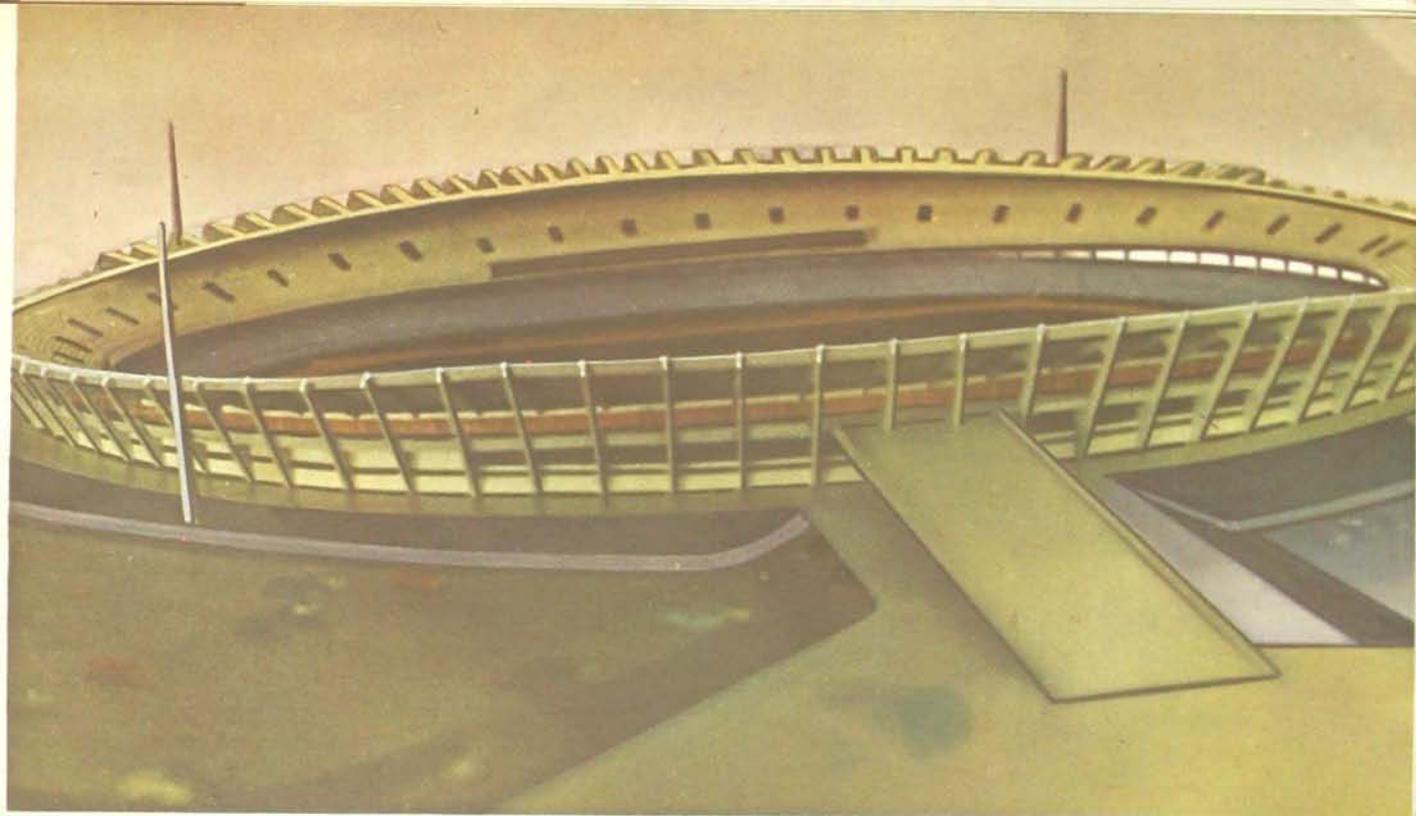
# ESTÁDIO ESTADUAL

A cultura do esporte, a par do desenvolvimento físico, é também elemento de convivência social, pois as promoções esportivas são espetáculos populares.

Duas razões, uma frase, para justificar um Projeto que já se anuncia como empreendimento imediato: o Estádio de Santa Catarina.

Com locação prevista no Bairro de Trindade, na Capital, o Estádio de Santa Catarina está entre os mais modernos do País. Permitirá a prática de futebol e atletismo, promovendo não só o profissionalismo, mas também despertando o atletismo amador e fomentando o esporte universitário. Terá capacidade para 55 mil pessoas sentadas: 34 mil nas arquibancadas e 21 mil na geral. A arquibancada ocupará uma área de 5.200 m<sup>2</sup>, protegendo 10.000 espectadores. Conterá com 127 instalações sanitárias, 20 cabines de rádio e T. V., obedecendo a todos os requisitos técnicos, com acessos independentes.

Os alojamentos terão uma área total de 1.500 m<sup>2</sup>, dispoindo de completos sanitários e salas de estar, que permitirão perfeita acomodação das delegações por ocasião de olimpíadas. O Estádio será dotado de hall nobre, administração, cozinha, restaurante, vestiários dotados de banheiros térmicos, sala de massagem e dependência para aplicação individual de oxigênio; departamento médico, hidroterapia e fisioterapia. Está previsto um moderno sistema de sonorização, bem como de iluminação, no qual serão utilizados apenas 4 postes. Os acessos para o público serão em número de 4, dois a nível do terreno para a geral, dois através de rampas para as arquibancadas. Os atletas, imprensa, juizes, terão acessos independentes do público, bem como as autoridades (acesso ao hall nobre, administração e restaurante). O sistema de escoamento do público permitirá a evasão do estádio em apenas 10 minutos; a circulação do público será feita totalmente através de rampas, evitando-se qualquer acidente proveniente do uso de escadas. O seu parque de estacionamento terá capacidade para 3.000 veículos. Junto ao Estádio será desenvolvido futuramente o centro esportivo da Universidade.



Maquete do futuro Estádio Estadual

# GINÁSIOS DE ESPORTES

Lages, com 1.602,80 m<sup>2</sup>; Joaçaba e Mafra, ambos com 1.663,90 m<sup>2</sup>, foram as sedes municipais contempladas no Governo Ivo Silveira, com GINÁSIOS DE ESPORTES.

O programa não cessou. Encontra-se em construção o de São Bento do Sul e o PLAMEG elabora novos projetos específicos, a terem execução a partir de 1969, para cumprimento da meta governamental de expandir os recursos estaduais para a prática desportiva.

## PROGRAMAÇÃO E COOPERAÇÃO COM ENTIDADES PARTICULARES

Estão sendo executados, ainda, em regime de convênios com Entidades Locais, os Ginásios de Esportes de Brusque e Criciúma.



Ginásio de Esportes de Mafra



Ginásio de Esportes de Joaçaba

Ginásio de Esportes de São Bento do Sul



# ENSINO SUPERIOR

## I — A UDESC COMO ÓRGÃO DE DESENVOLVIMENTO

A Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, mantida pela Fundação Educacional de Santa Catarina, foi instituída para criar, comunicar e difundir valores de cultura e de conhecimento e se destina a promover a educação, a formação científica e o desenvolvimento tecnológico, a serviço do País, do Estado e da comunidade.

É objetivo imediato da Universidade preparar mão de obra para suprir o mercado de trabalho e, concomitantemente, formar elementos especializados capazes de promover a ampliação das oportunidades de emprego.

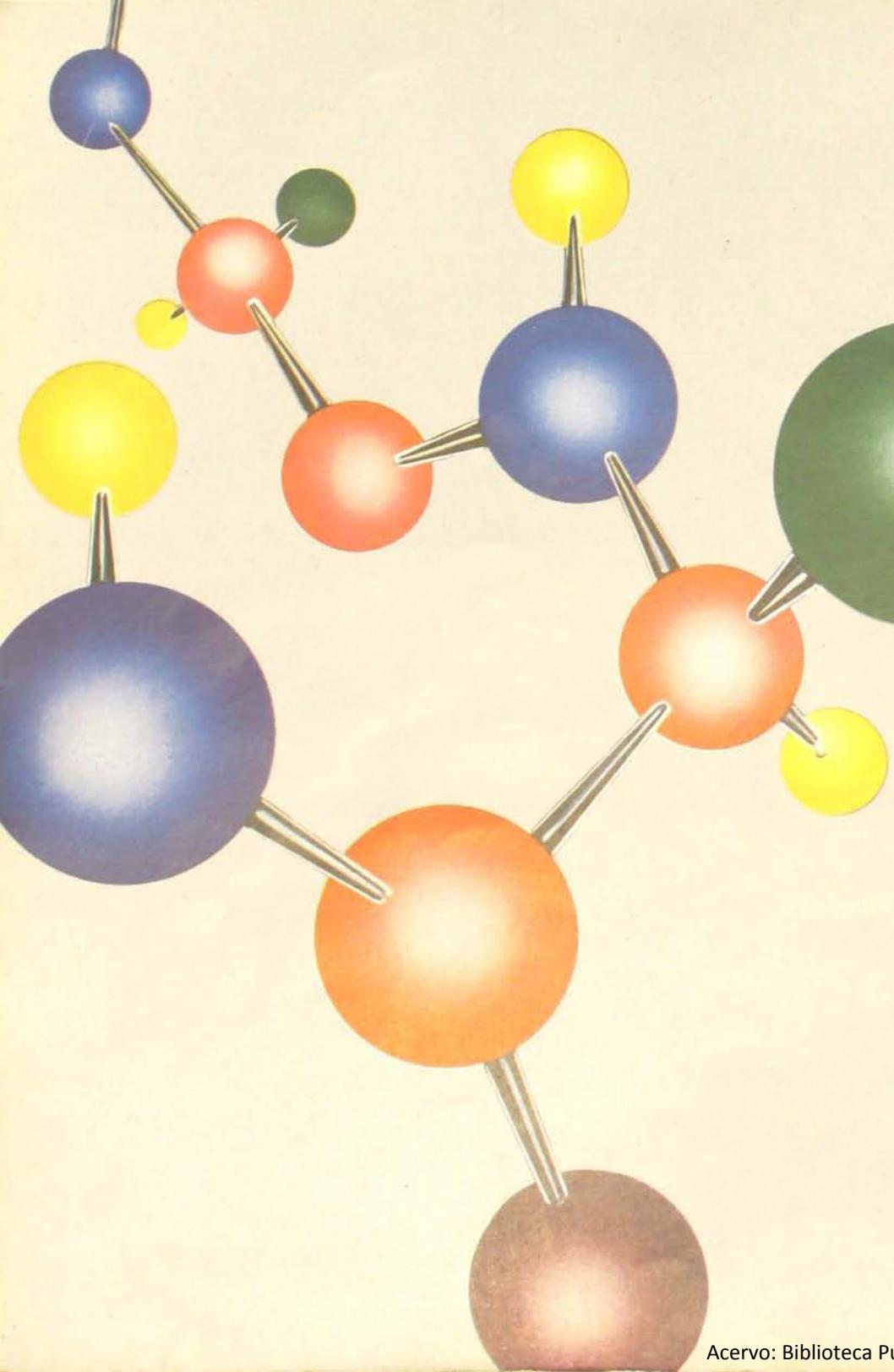
## II — A UDESC E A FORMAÇÃO DE VALORES

As matrículas, nas unidades de ensino da UDESC, nos anos de 1967 e 1968, foram as constantes do quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	ANOS	
	1 967	1 968
I — NÍVEL MÉDIO		
a) Ensino Industrial, Agrícola e Comercial .....	1.752	1.798
b) Curso Normal de Educação Física .....	48	50
II — NÍVEL SUPERIOR		
a) Curso de Administração e Gerência .....	116	160
b) Curso de Pedagogia .....	167	204
c) Curso de Engenharia Operacional .....	42	55
TOTAL: .....	2.125	2.267

## III — A UDESC COMO ÓRGÃO DE ESTUDO E TRABALHO

O Instituto Técnico de Administração e Gerência (ITAG), vinculado à Escola Superior de Administração e Gerência, a par de suas atividades pedagógicas no preparo dos futuros administradores, realizou trabalhos técnicos de interesse da administração pública estadual e municipal de Santa Catarina. Entre os trabalhos realizados destacam-se: A Variação Mensal do Custo de Vida em Florianópolis; Volume Mensal dos Negócios em Santa Catarina e Estudos para a Transformação de Setor Industrial de Órgão Público em Sociedade de Economia Mista.



# PESQUISA

Convênios realizados entre a UDESC e o Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo tornaram possível, além do fornecimento de equipamento material para as suas Unidades de Ensino Superior, a realização de várias pesquisas solicitadas pelo PLAMEG para servirem como sustentação dos programas de investimentos para a educação.

Quatro foram as pesquisas programadas e realizadas pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE), órgão da Faculdade Estadual de Educação, em função desses convênios:

- 1.<sup>a</sup> — Sobre as Condições do Processo Educacional no Estado, em Nível Primário e Médio.
- 2.<sup>a</sup> — Expansão da Escolaridade até a 6.<sup>a</sup> Série.
- 3.<sup>a</sup> — Evasão Escolar e Repetência nas Comunidades Pesqueiras de Santa Catarina.
- 4.<sup>a</sup> — Levantamento da Situação do Ensino Médio no Estado de Santa Catarina.

Tais estudos foram indispensáveis inclusive para a composição do diagnóstico da situação educacional do Estado, com vistas à elaboração do Projeto do Plano Estadual de Educação e do Projeto de Reforma da Secretaria de Educação e Cultura.

Vale assinalar que a realização das pesquisas permitiu o treinamento de uma equipe de técnicos, hoje constituindo o excelente corpo de pesquisadores do CEPE. Essa atividade, aliás, se compatibiliza com a política de formação de recursos humanos preconizada na Lei do Plano de Metas do Governo Ivo Silveira.



# meta III

## EXPANSÃO ECONÔMICA

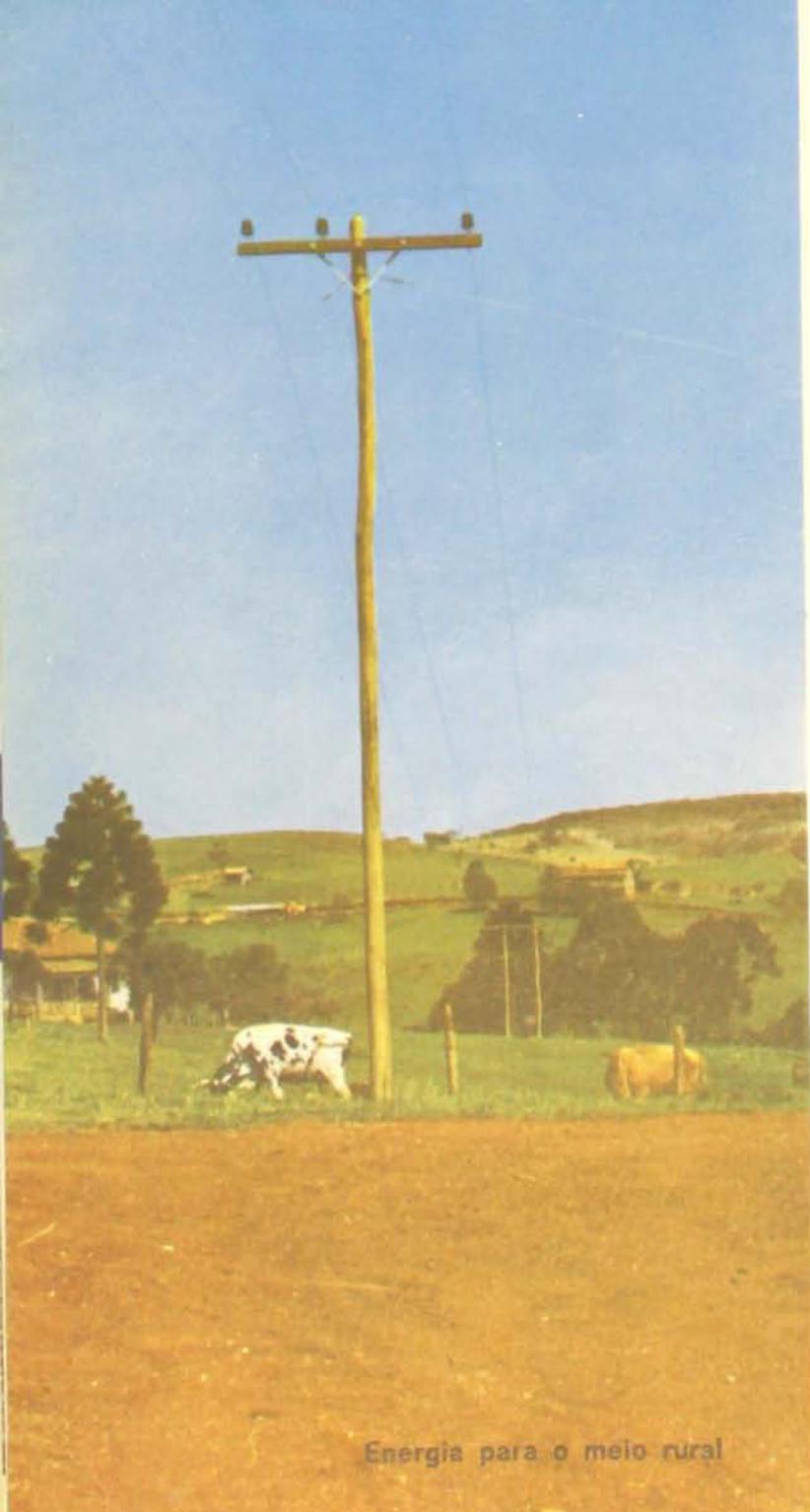
A expansão da economia é alcançável com a execução dos empreendimentos governamentais que complementam e estimulam a ação da iniciativa privada.

Missão fundamental do Governo, carece do suporte dos recursos que permitam o reforçamento da infraestrutura, a iniciação de projetos pioneiros, o desbravamento de perspectivas por via da pesquisa, a expansão do crédito, a formação dos recursos humanos, a melhoria da administração, para que tudo resulte em elevação dos índices de bem estar social.

Buscar a expansão econômica é promover todo um conjunto de ações que, partindo do homem, ao homem alcance, resultando-lhe em benefícios.

Todos os recursos mobilizáveis para a expansão da economia, são assim, inversões feitas para o desenvolvimento social de Santa Catarina.

Isto justifica o que se investiu e aqui se demonstra.



Energia para o meio rural

# ENERGIA

## PROGRAMA INTEGRADO COM A COMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA — CEE.

Construídas e em funcionamento as usinas previstas no Plano Estadual de Eletrificação e solucionado, parcialmente, o problema de transmissão com a construção das principais linhas-tronco, procurou o Governo do Estado dar maior ênfase aos serviços de distribuição de energia, visando a atender à demanda em tôdas as zonas geo-econômicas.

Cessada, portanto, a luta contra o «déficit» de energia, que durante longos anos constituiu entrave à vida econômica do Estado, continuou o Governo, através da Comissão de Energia Elétrica, a execução do Plano de Eletrificação Rural, tendo como escôpo o aumento da produção agro-industrial e a oportunidade do hòmem do campo se beneficiar com a eletricidade, fixando-o, em consequência, às suas atividades no meio rural.

Embora registrando mais baixa produtividade que a indústria por homem ocupado, as atividades rurais sustentam quase metade da renda global gerada no Estado e sua tendência, nêsse sentido, tem sido de uma participação cada vez mais acentuada.

Assim é que 46 cooperativas de eletrificação rural organizadas já se encontram em pleno funcionamento, beneficiando cêrca de 13.000 famílias.

Durante o triênio 1966-1968, a Comissão de Energia Elétrica contou com recursos oriundos do Plano de Metas do Governo (PLAMEG) na importância de NCr\$ 2.224.962,53 da qual, 65% foram aplicados na construção de aproximadamente 300 km de linhas de transmissão e rêdes de distribuição de energia na zona rural e 35% na execução de estudos e projetos, inclusive no plano de interligação dos sistemas energéticos do Estado.



Usina Governador Ivo Silveira - CAMPOS NOVOS



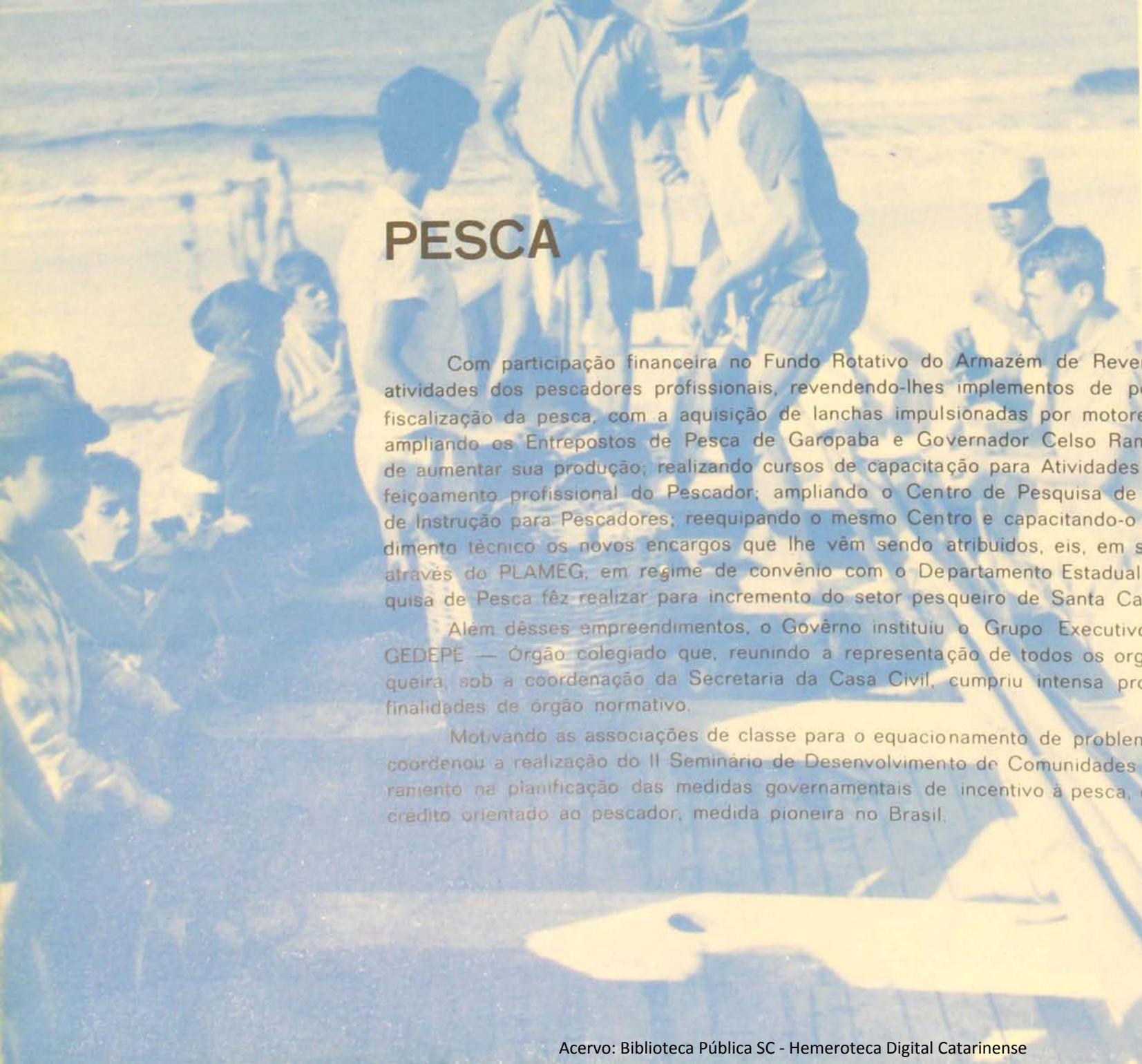
## PROGRAMA INTEGRADO COM AS CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A (CELESC)

Concentrando os esforços na execução do programa de eletrificação, o Governo do Estado intervém decisivamente no processo de desenvolvimento, criando um dos meios indispensáveis à transformação econômica e social do Estado.

E o instrumento de ação dessa política são as Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A — CELESC, através das quais encontra-se em execução um amplo programa de obras que assegurará a Santa Catarina um possante sistema elétrico com capacidade suficiente para atender à demanda.

Os números apresentados traduzem de maneira eloquente a fase ascendente alcançada pela Empresa, com reflexos positivos em toda estrutura econômica do Estado.

No triênio 66/68 a CELESC serviu cerca de 280 localidades, atingindo o número de 170 mil consumidores. Em Linhas de Transmissão e Rede de Distribuição, construiu no triênio cerca de 1.800 km, investindo, o total de NCr\$ 67.773.117,25. O Governo do Estado, via PLAMEG, participou com NCr\$ 8.257.000,00.



## PESCA

Com participação financeira no Fundo Rotativo do Armazém de Revenda, cujo objetivo é incrementar as atividades dos pescadores profissionais, revendendo-lhes implementos de pesca; reaparelhando os serviços de fiscalização da pesca, com a aquisição de lanchas impulsionadas por motores de pôpa de 40 HP; recuperando e ampliando os Entrepostos de Pesca de Garopaba e Governador Celso Ramos (Ganchos), dando-lhes condições de aumentar sua produção; realizando cursos de capacitação para Atividades Pesqueiras, cuja finalidade é o aperfeiçoamento profissional do Pescador; ampliando o Centro de Pesquisa de Pesca onde será instalado o Centro de Instrução para Pescadores; reequipando o mesmo Centro e capacitando-o a atender com maior presteza e rendimento técnico os novos encargos que lhe vêm sendo atribuídos, eis, em síntese, o que o Governo Ivo Silveira, através do PLAMEG, em regime de convênio com o Departamento Estadual de Caça e Pesca e o Centro de Pesquisa de Pesca fez realizar para incremento do setor pesqueiro de Santa Catarina.

Além desses empreendimentos, o Governo instituiu o Grupo Executivo de Desenvolvimento da Pesca — GEDEPE — Órgão colegiado que, reunindo a representação de todos os organismos interessados na política pesqueira, sob a coordenação da Secretaria da Casa Civil, cumpriu intensa programação no desempenho das suas finalidades de órgão normativo.

Motivando as associações de classe para o equacionamento de problemas sociais e econômicos, o GEDEPE coordenou a realização do II Seminário de Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras, e presta atuante assessoramento na planificação das medidas governamentais de incentivo à pesca, constituindo ponto alto a introdução do crédito orientado ao pescador, medida pioneira no Brasil.

# AGRICULTURA

## EXTENSÃO RURAL

A aplicação de NCr\$ 2.450.000,00 durante o triênio, diz da importância atribuída pelo Governo do Estado para alcançar a expansão dos Serviços de Extensão Rural. Dezesesseis (16) novos Escritórios da ACARESC foram instalados, perfazendo um total de 100 unidades municipais e quinze (15) regionais. Diretamente, foram atingidos 34.062 agricultores. Através de Cooperativas, receberam assistência técnica 7.800 cooperados, bem como cerca de 4.794 jovens, membros de 207 Clubes Juvenis (4-S).

Foram produzidos e distribuídos um milhão e trezentos e cinquenta mil impressos educativos. Atuaram 7.606 líderes voluntários treinados. No CETRE foram realizados 50 treinamentos para 1.565 técnicos e líderes rurais.

**O Custo por Família Trabalhada foi de NCr\$ 70,48**

Os projetos agropecuários que receberam mais assistência técnica e financiamento foram:

Suinocultura, cultura do arroz, milho, mandioca, feijão, trigo, fruticultura, gado de corte e leiteiro.

No Setor de economia doméstica, os projetos mais trabalhados foram o de Educação Sanitária, com a construção de 4.327 privadas e o de Educação Alimentar, com a construção e melhoramento de 828.000 m<sup>2</sup> de hortas.

**CASAS RURAIS** Concluídas no atual Governo as Casas Rurais Regionais de Mafra, com 938,69 m<sup>2</sup> e a de Urussanga, com 326,74 m<sup>2</sup>.



Casa Rural Regional  
de Mafra



Cultura do Milho



Gado Leiteiro

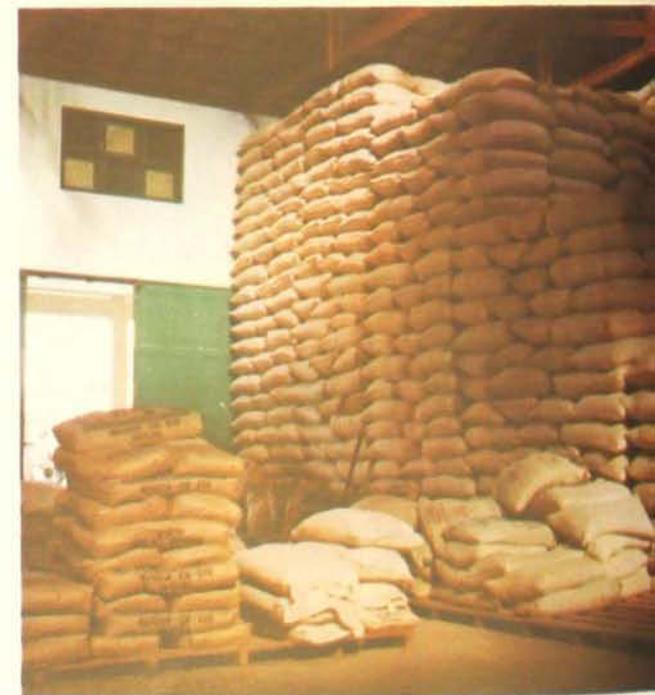
# ARMAZENAGEM



Armazém de São Ludgero

Instituindo a comercialização racional e concomitantemente estimulando a mentalidade cooperativista, na construção dos armazéns comunitários de São Ludgero e Araranguá, atribuídos à Secretaria da Agricultura, foram investidos recursos financeiros do PLAMEG na importância de NCr\$ 120.000,00.

Nove outras unidades foram financiadas pelo PLAMEG, através da ACARESC, beneficiando as localidades de Turvo, Forquilha, Meleiro, Orleães, Grão-Pará, Treze de Maio, Arraial dos Cunha, Maracajá e Itajara. Tais empreendimentos custaram ao PLAMEG a importância de NCr\$ 300.000,00.



Armazém de Grão-Pará (Interno)

## FUNDO ROTATIVO AGROPECUARIO

É através do Fundo Rotativo

Agropecuário que se adquirem, para revenda, insumos ativamente da produção agrícola.

O Fundo foi reforçado, no atual Governo, com NCr\$ ..... 700.000,00.



Bovinocultura

## FOMENTO AGROPECUARIO

Introdução de sangue de raças experimentais, provenientes de reprodutores e matrizes importadas diretamente dos Estados Unidos, França e Inglaterra, eis outro programa da Secretaria da Agricultura, visando o melhoramento genético da bovinocultura de corte e à suinocultura destinada à indústria de transformação.

Recursos aplicados: NCr\$ 250.000,00.

# FORMAÇÃO TÉCNICA

Também para o setor agropecuário o Estado desenvolve um programa de recursos humanos.

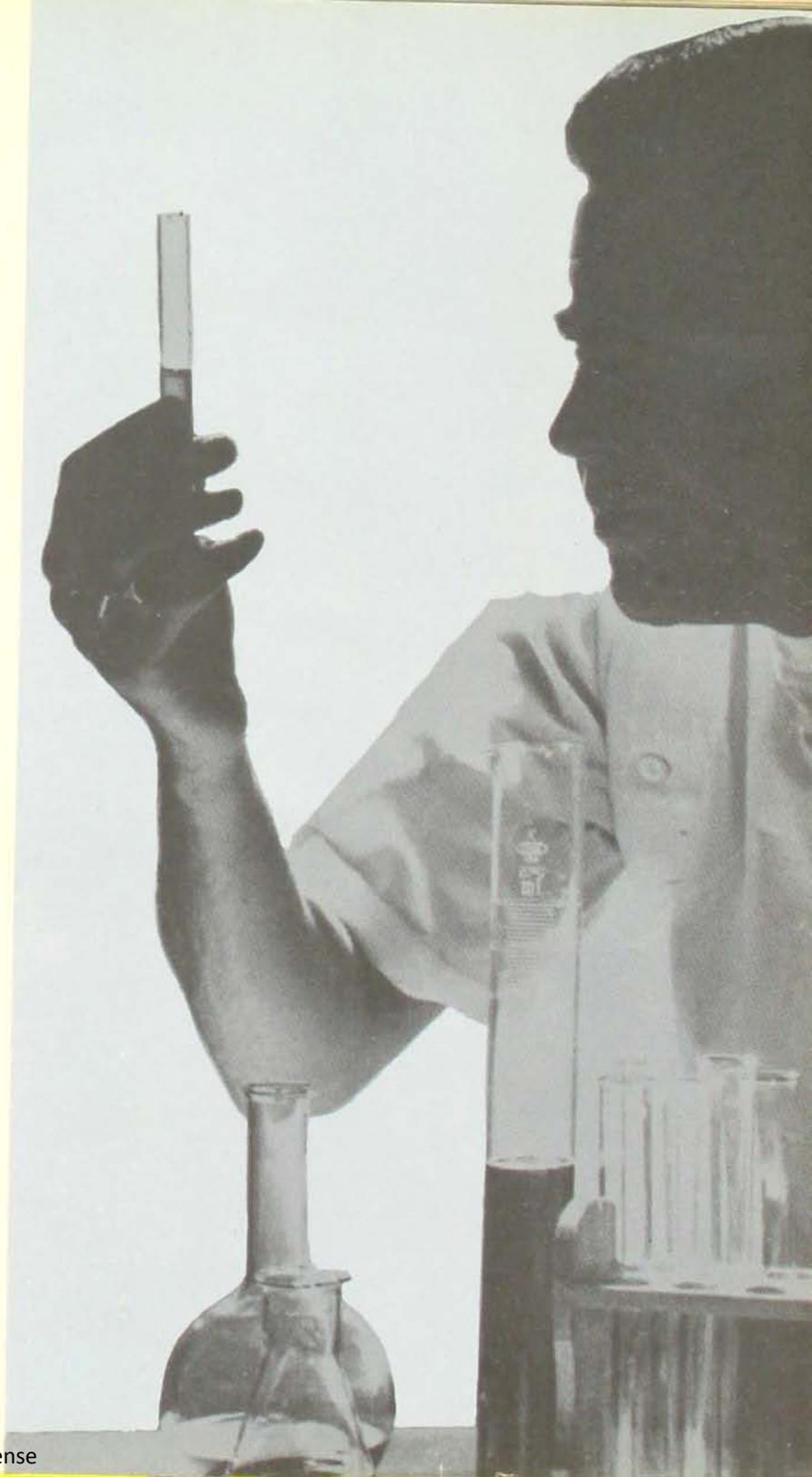
O PLAMEG aplicou, no triênio 1966-1968, através da Secretaria de Agricultura, NCr\$ 234.840,00 na manutenção de 162 bolsas para estudantes de Agronomia, Veterinária e Engenharia Florestal.

Com o apóio financeiro do PLAMEG, a Secretaria de Agricultura, pelo seu Laboratório de Química Agrícola e Industrial, realizou as prospecções das jazidas de calcáreo em Lages e Anitápolis.

Também com a mesma cooperação foram realizados a experimentação de competição de forrageiras para o litoral catarinense e o processo de instalação da sub-estação da mandioca, em Jaguaruna.



**Centro Agro-Pecuário  
de Jaraguá do Sul**

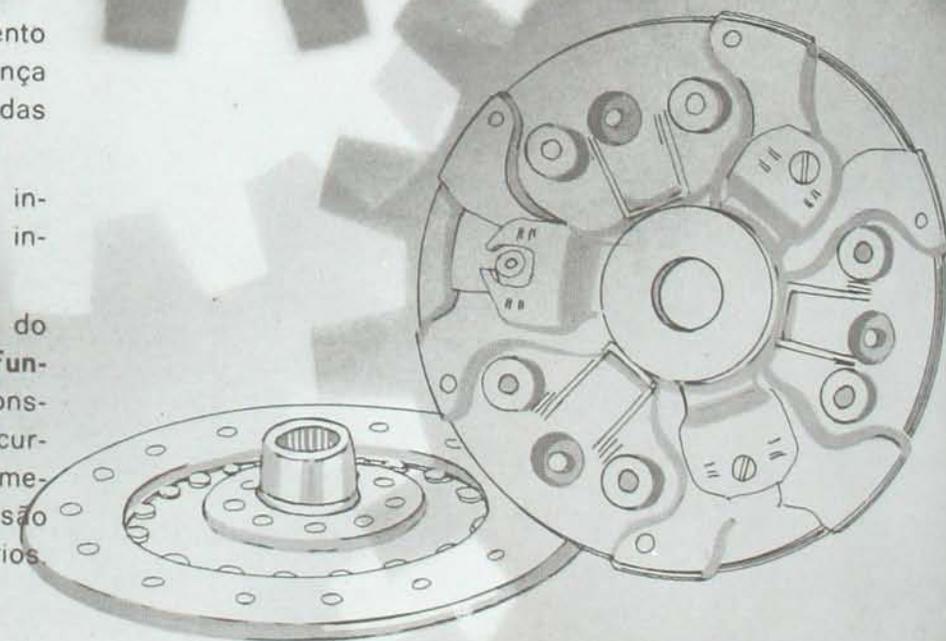


# INDUSTRIALIZAÇÃO

Santa Catarina já acusa apreciáveis índices de elevação de crescimento do setor secundário no complexo da sua economia, recém ativada com a presença da ação governamental na oferta de energia, em decorrência da execução das obras de expansão do potencial energético.

Inaugurado o quinquênio 1966-1970, propôs-se o Governo Ivo Silveira ingressar numa ação que resultasse em efetivo estímulo ao desenvolvimento industrial catarinense.

Para estruturar essa ação, o Plano de Metas fez levantar o diagnóstico do setor, obtendo indicação das medidas que culminaram na reformulação do **Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina** — o **FUNDESC** — e na constituição de um **Grupo Executivo Industrial**, organismos que administrarão os recursos financeiros do **Fundo**, aditados do aproveitamento dos **incentivos fiscais** — mecanismo também criado pelo Governo, por via de lei, para estímulo à expansão da indústria catarinense — mediante aplicação em projetos industriais prioritários.





# TRANSPORTES

## SC - 23 (ITAJAÍ - CURITIBANOS)

A Rodovia SC-23, (BR-470), hoje totalmente implantada e em grande parte já pavimentada, constitui, no Setor Transportes, a obra prioritária do Governo.

Pelo constante aumento no fluxo de transporte em demanda ao Pôrto de Itajaí, a Rodovia SC-23 firmou-se, realmente, como o veículo de união entre o Oeste e o Centro-Oeste ao litoral catarinense.

O esforço do Governo, na abertura da importante rodovia, está assim sintetizado:

Indaial-Ascurra (Pavimentação)

Serra dos Pires  
(Implantação)



a) **Implantação:**

	Km	Volume
Ascurra — Subida .....	1,5	100,480 m <sup>3</sup>
Subida — Rio Hercilio .....	4,8	334,500 m <sup>3</sup>
Rio Hercilio — Lontras .....	16,0	1.023,801 m <sup>3</sup>
Rio do Sul — Tromb. Central .....	16,5	1.305,806 m <sup>3</sup>
Trombudo Central — BR-116 .....	76,0	5.556,218 m <sup>3</sup>
	<hr/> 114,8	<hr/> 8.320,805 m <sup>3</sup>

b) **Pavimentação**

Indaial — Ascurra (22 km já executados)  
 Ascurra — Acesso Ibirama (27 km recém contratados)  
 Em tais empreendimentos foi dispendida a importância de .....  
 NCr\$ 15.967.564,78.



Pavimentação

Implantação



## SC - 21 (RIO NEGRINHO - MAFRA)

Com vistas à produção regional norte, buscou o Estado uma via que, influenciando inclusive, na área do Vale do Rio do Peixe, permitisse o escoamento das riquezas daquela região através do Pôrto de São Francisco, ou pela BR-101 ao Pôrto de Itajaí. Joinville, altamente industrializado e São Francisco do Sul, pôrto necessário ao escoamento da produção norte, são os pontos de apóio do percurso de integração da área.

Com êsse objetivo, vem o Govêrno aplicando consideráveis recursos na implantação total e pavimentação da SC-21, que acusa:

a) **Implantação:**

Campo Alegre-Pirabeiraba - 20 km - 1.777.143 m<sup>3</sup> de volume

b) **Revestimento Primário:**

Canoinhas-Rio Timbé - 24 km

c) **Pavimentação:**

Rio Negrinho-Mafra - de 39,8 km contratados, já se encontram concluídos 14 km.

Joinville-S. Francisco (Convênio com o DER/SC) - 2,540 km.

Nesses serviços dispendeu o Govêrno, no triênio, a importância de NCr\$ 6.114.976,04.



Trecho Seára - Chapecó

## SC - 22

A rodovia SC-22, cujo traçado vai do extremo Oeste, no Município de Itapiranga, até ao litoral, à altura do Município de Águas Mornas, vem sendo paulatinamente executada e o movimento de terra já efetuado, equivale ao volume aproximado de 1.200.000 m<sup>3</sup>.

Em convênio com a Secretaria dos Negócios do Oeste já foi executada a implantação do trecho Mondai-São Carlos, com 29 km e vem sendo construído o sub-trecho São Carlos-Barra Grande, com a extensão de 9 km.

O trecho Seára-Chapecó de 41 km, em fase final de obras, executa-se por contrato.



Trecho em obras (próximo do Rio Ariranha)



## SC - 36

Contratou o Governo do Estado a implantação da SC-36, trecho Corupá-Jaraguá do Sul, num total de 22 km, tendo já sido movimentados, aproximadamente, 200.000 m<sup>3</sup> de terra. Tal rodovia, de fundamental importância, substituirá a existente, que não mais condiz com o progresso da região.

Trecho Corupá - Jaraguá do Sul (SC - 36)



## SC - 55 e 56

As ligações rodoviárias entre as cidades de Lauro Müller-Orleães (na SC-56) com 13 km e de Orleães-Urussanga (na SC-55) com 19 km, esta última já totalmente concluída e entregue ao tráfego, além da redução considerável com o novo traçado, têm para o Governo Estadual importante significado, pois influem diretamente na zona carbonífera do Sul do Estado e na própria zona do Planalto, a cuja produção servem como escoadouro.

Trecho Orleães - Urussanga (SC - 55)

Rodovia Eng.º Annes Gualberto



Trecho Tubarão - Gravatal

Trecho Curitibanos - Campos Novos



# PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL

## PROGRAMA INTEGRADO COM O DER/SC)

De relevante significação e direta influência no desenvolvimento sócio-econômico, a ampliação e consolidação do sistema rodoviário catarinense têm merecido do Governo Ivo Silveira assistência prioritária.

Em convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER/SC), o PLAMEG, realizou, entre revestimento primário, retificação e melhoramentos em rodovias do Plano Rodoviário do Estado, além de novas implantações, os seguintes serviços:

**Implantação** — (5 convênios) — prevista a execução de 94,15 km, dos quais estão concluídos 90,64 km; importância investida: NCr\$ 2.333.000,00.

**Revestimento primário** — (17 convênios) — para uma extensão de 581,1 km, dos quais já estão concluídos 540,8 km. Investimento aplicado: NCr\$ 731.984,00.

**Melhoramentos** — (4 convênios) — para um total de 98 km de estradas, dos quais já foram efetuados 78 km, com um investimento da ordem de NCr\$ 560.500,00.

# PLANO RODOVIÁRIO DO ESTADO

## PROGRAMA INTEGRADO COM A S.N.O.

Em convênio com a Secretaria dos Negócios do Oeste, o PLAMEG executou as seguintes obras:

**Implantação:** (4 convênios) — Execução progressiva da SC-22, nos trechos:

Mondai-Riqueza - 10 km, já executados 8 km;

Riqueza-Caibi - 10 km, já executados 9 km;

Palmitos-São Carlos - 9 km, já executados 7 km;

São Carlos-Barra Grande - 9 km, já executados 4,5 km.

Investiram-se, nos trechos concluídos, NCr\$ 330.000,00.



Trecho Mondai - Riqueza

### Revestimento Primário:

(1 convênio) — Na estrada São Miguel do Oeste a São Lourenço do Oeste, numa extensão de 60 km, totalmente executados.

Investimento: NCr\$ 100.000,00.



Trecho Palmitos - São Carlos



Trecho Paulo Lopes - Garopaba

Estrada Municipal de Água Doce



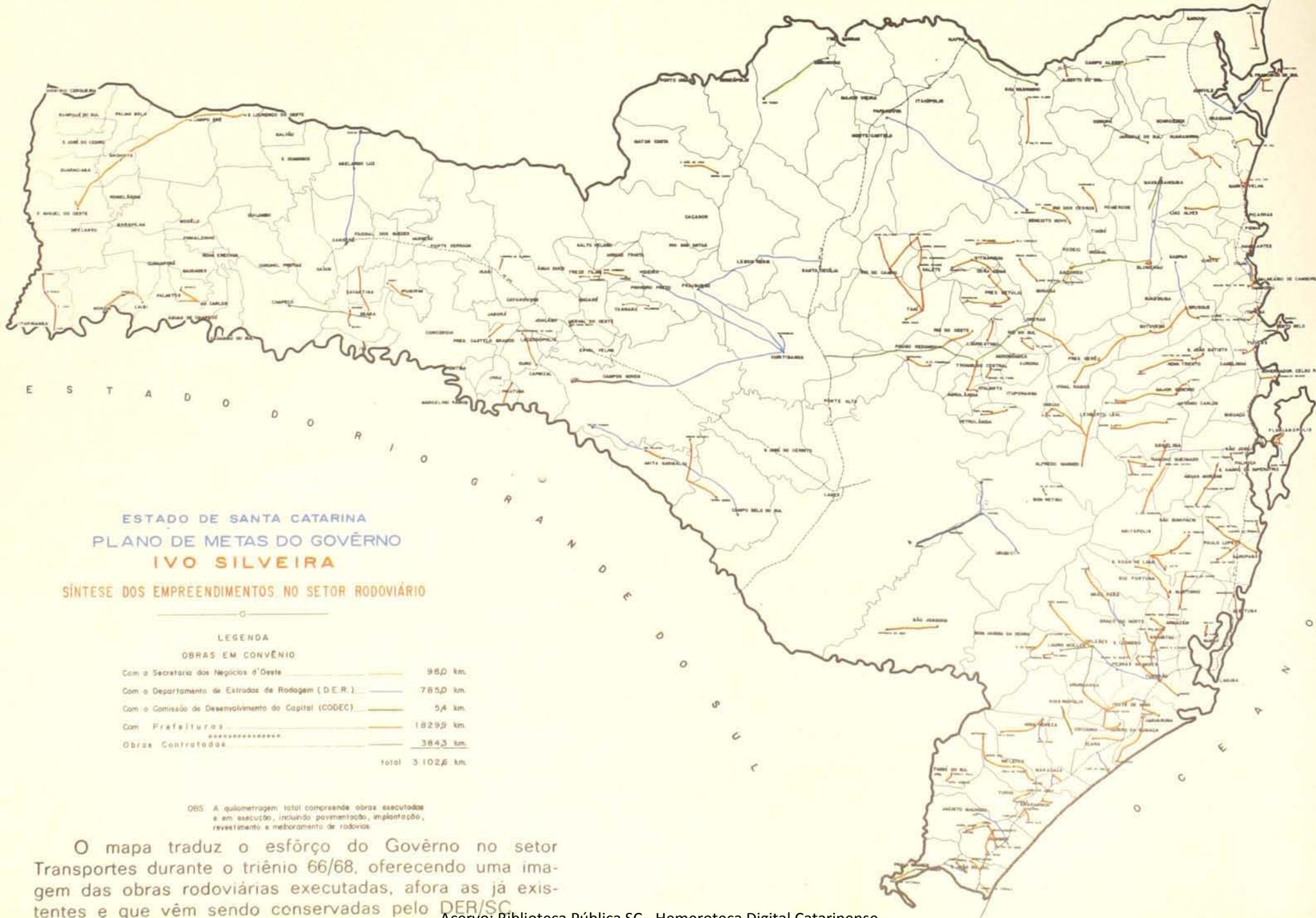
## COOPERAÇÃO COM O SISTEMA RODOVIÁRIO MUNICIPAL

Dentro do princípio de que no desenvolvimento homogêneo do Estado deve integrar-se a solução dos problemas comuns às unidades municipais, o Governador Ivo Silveira vem dando assistência financeira ao sistema rodoviário dos municípios, mediante convênios celebrados entre PLAMEG e as Prefeituras. Assim se expressam os resultados dessa política administrativa, num triênio de Governo já decorrido:

**Implantação:** (34 convênios). Prevista a implantação em 413,5 km de estradas municipais, já foram concluídos 280,5 km, tendo sido investida a importância de NCr\$ 1.000.000,00.

**Revestimento primário:** (46 convênios) para revestimento de 876,1 km, havendo sido concluídos 674,1 km, com investimentos da ordem de NCr\$ 1.000.000,00.

**Melhoramento:** (28 convênios) para o melhoramento de 515,1 km, já executados 364,7 km com um investimento de NCr\$ 463.000,00.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PLANO DE METAS DO GOVERNO  
 IVO SILVEIRA

SÍNTESE DOS EMPREENDIMENTOS NO SETOR RODOVIÁRIO

LEGENDA

OBRAS EM CONVÊNIO	
Com a Secretaria dos Negócios d'Oeste	98,0 km.
Com o Departamento de Estradas de Rodagem (D.E.R.)	785,0 km.
Com a Comissão de Desenvolvimento do Capital (CODEC)	5,4 km.
Com Prefeituras	1829,9 km.
Obras Contratadas	384,3 km.
total 3 102,6 km.	

OBS: A quilometragem total compreende obras executadas e em execução, incluindo pavimentação, implantação, revestimento e melhoramento de rodovias.

O mapa traduz o esforço do Governo no setor Transportes durante o triênio 66/68, oferecendo uma imagem das obras rodoviárias executadas, afóra as já existentes e que vêm sendo conservadas pelo DER/SC.

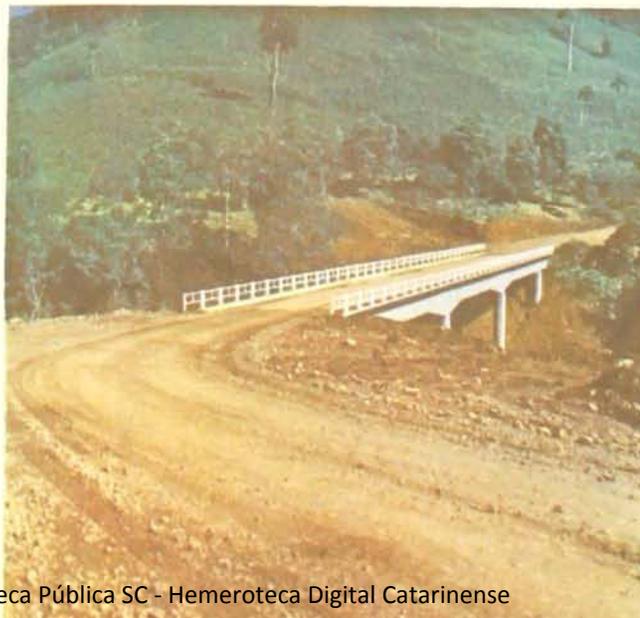


Ponte sôbre o Rio Quilombo

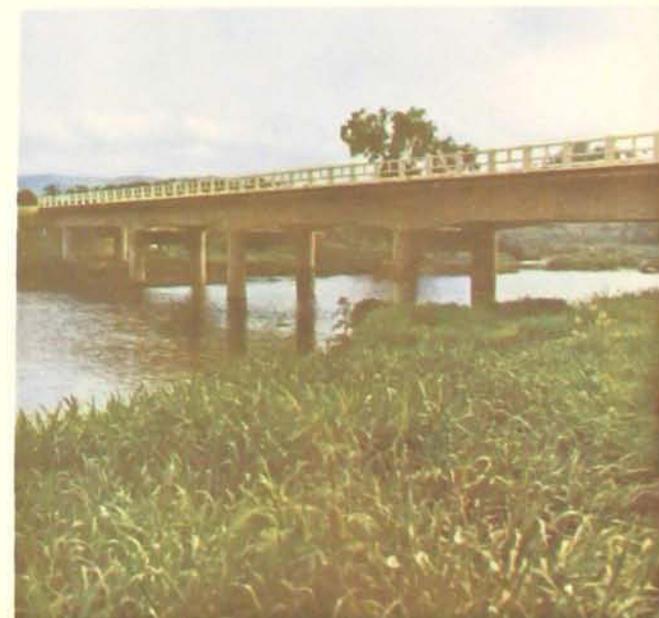
Ponte sôbre o Rio Irani: (Faxinal dos Guedes)



Ponte sôbre o Rio Ariranha



Ponte de Dalbêrgia (Ibirama)



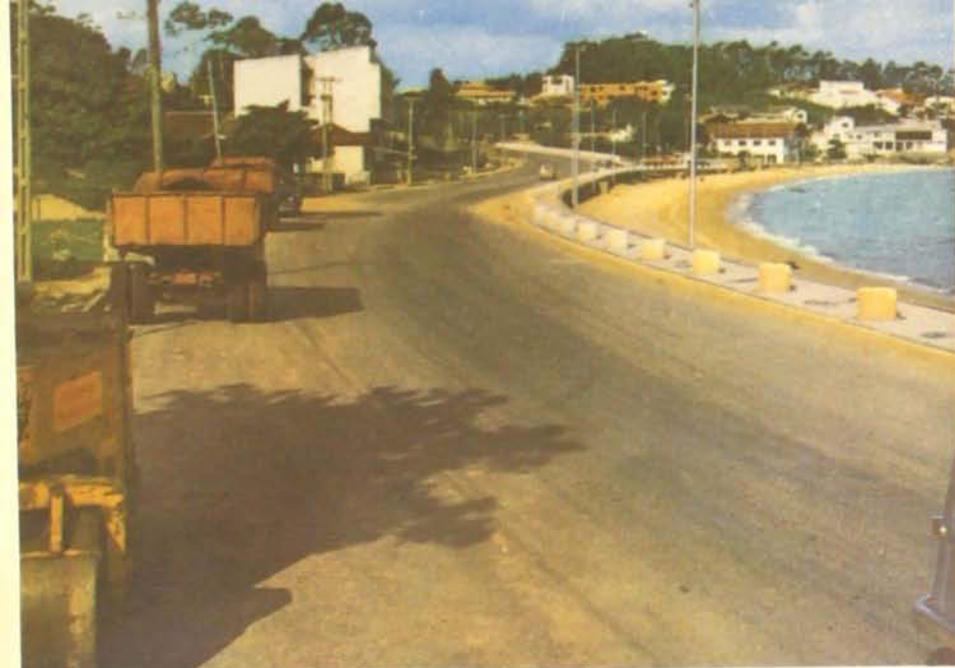
# OBRAS DE ARTE

## — Foram concluídas, no triênio:

- 17 pontes de concreto armado, num total de 1.118,54 metros de vão.
- 7 pontes de estrutura mista, num total de 190,50 metros de vão.
- 3 pontes de madeira, num total de 71,10 metros de vão.

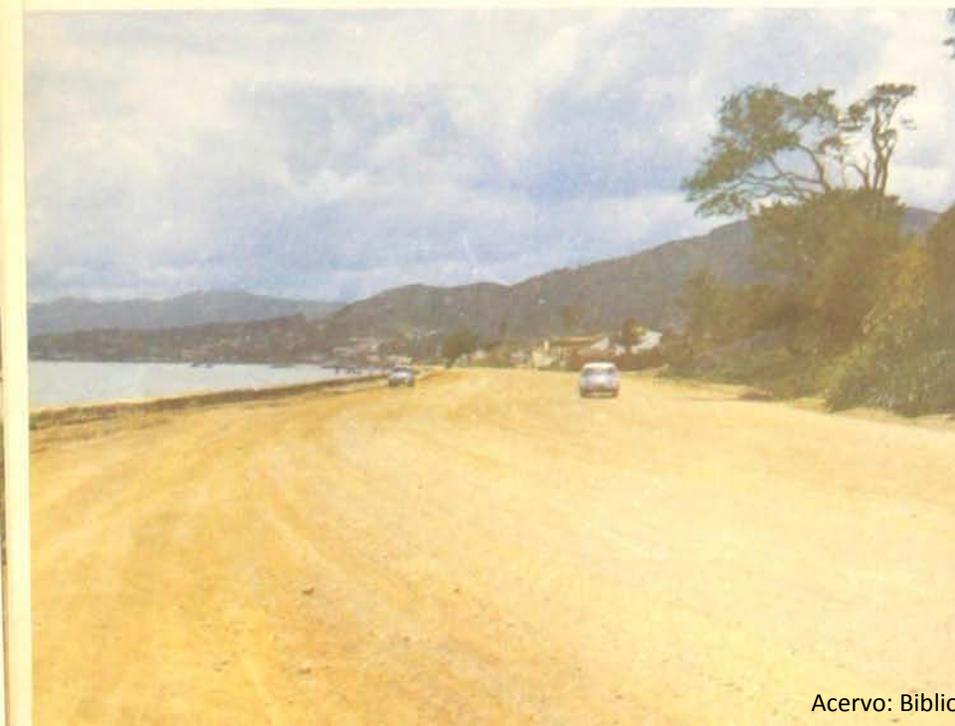
## — Estão em construção:

- 12 pontes de concreto armado (502,96 m de vão);
- 5 pontes de estrutura mista (231 m de vão);
- 2 pontes de madeira (23 m de vão).



Avenida Des. Pedro Silva – Praia do Assis (Pavimentação)

Av. Rubens de Arruda Ramos (Beira Mar Norte)



## COOPERAÇÃO COM O SISTEMA VIÁRIO DA CAPITAL

Com execução cometida à Comissão de Desenvolvimento da Capital — CODEC, a implantação da Avenida Rubens de Arruda Ramos e o asfaltamento da Avenida Desembargador Pedro Silva (acesso às praias da Saudade e do Assis), constituíram as duas obras integradas no plano de desenvolvimento da Capital, contempladas com recursos do PLAMEG.

A primeira, a Av. Rubens de Arruda Ramos, já teve executado o preparo da sub-base das duas pistas de rolamento, constituindo o revestimento asfáltico obra para 1969. Essa via proporcionará, a par do embelezamento urbano, o desfôgo do tráfego das ruas centrais da Cidade, deslocando-o para a periferia.

O asfaltamento da via que dá acesso às praias de Coqueiros, com estacionamento de veículos, trouxe àquelas frequentadíssimas praias conforto e comodidade para seus usuários.



Acesso Rodoviário a Santo Amaro da Imperatriz

Bairro Azambuja BRUSQUE



## PAVIMENTAÇÃO

**Paralelepipedos** — Três convênios com o **Departamento de Estradas de Rodagem (DER/SC)** — e 15 com **Prefeituras Municipais** foram celebrados pelo Plameg para pavimentação a paralelepipedos.

Com o DER, as obras atingiram 7.755 metros, cuja execução montou em NCr\$ 365.702,48.

Com as Prefeituras somaram-se 25.187 metros, dos quais já tiveram conclusão 14.934 metros, com um investimento da ordem de NCr\$ ..... 558.808,00.

Mediante contrato, o PLAMEG faz construir 1.168 metros, dispendendo a importância de NCr\$ 40.000,00.

**Asfáltica** — (contratos) — **SC-21**, no trecho **Rio Negrinho-Mafra**, numa extensão de 39,8 km, dos quais 16 km já foram concluídos com a aplicação de NCr\$ 2.760.466,40. **SC-23** — **Blumenau-Rio do Sul e Indaial-Ascurra-Ibirama**, num percurso de 49 km, dos quais 22 km já foram concluídos, investido NCr\$ 3.175.000,00.

Em convênio com a CODEC, o PLAMEG executou a pavimentação de 736 m de estrada na Praia do Assis, tendo investido a importância de NCr\$ 778.511,36.



**Aquisição de Caminhões Basculantes**

**Aquisição de Máquinas Rodoviárias**



## EQUIPAMENTO RODOVIÁRIO

As estradas executadas, assim como as novas rodovias, devem ser conservadas nas condições ideais de tráfego. Isto requer equipamento adequado.

Prosseguindo a renovação do parque rodoviário do Estado, o PLAMEG adquiriu, no Governo Ivo Silveira, 60 caçambas basculantes, equipadas em chassis FNM — D-11.000, com cabine standard e respectivos acessórios; 10 caminhões «Chevrolet» ano 1968, com cabine, motor 6 cilindros a gasolina, com 149 HP, capacidade de 6,5 toneladas, equipados com carrocerias basculantes para 4 m<sup>3</sup>; 2 tratores sôbre esteira, marca Allis-Chalmers, modelo HD-16 — DP, com lâminas, anglodizes hidráulicas; 2 motor-scrapers, marca Allis-Chalmers, modelo TS-260 p. —; 1 motoniveladora pesada, marca Allis-Chalmers, modelo M-100 E; 1 trator carregador sôbre esteira marca Allis-Chalmers, modelo HD-7-6; 1 trator carregador sôbre pneus, marca Allis-Chalmers, modelo TL-545 e 14 motoniveladoras médias, marca Allis-Chalmers, modelo D-Diesel, com motor de 77 HP.

# meta IV

## MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIAIS

Saúde, Segurança, Cooperação Social, Engenharia Sanitária e Habilitação, representam empreendimentos dirigidos à defesa da coletividade, quer em função dos projetos de erradicação ou dos serviços de profilaxia, seja nas instalações ou reaparelhamento dos serviços de segurança e do sistema penitenciário, ou ainda na assistência e cooperação social, como também na expansão dos sistemas de abastecimento d'água e do programa habitacional.

Numa gama de atividades, a meta IV atinge, um complexo de serviços capazes de assegurar o bem estar coletivo e contribuir para a paz social.

# SAÚDE

## ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

No atual Governo concluiu-se o Laboratório Central do Departamento de Saúde Pública de Florianópolis, obra de há muito reclamada, pois objetivava a centralização de todos os serviços de pesquisas médicas. Com uma área de 1.649,70 m<sup>2</sup>, comporta o Laboratório Central as seções de Bacteriologia, Parasitologia, Imunologia Química e Bromatologia.

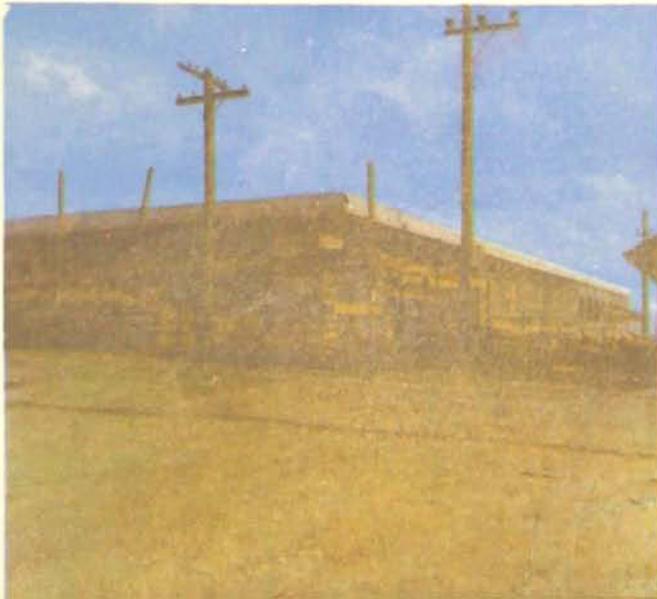
Concluiu-se, também, o Posto de Saúde de Balneário de Camboriú, com 149 m<sup>2</sup>; equipou-se o Hospital dos Servidores do Estado e ampliou-se o Hospital Nerêu Ramos de Florianópolis com 749,65 m<sup>2</sup>.

Encontram-se em construção a ampliação do Hospital N. S.<sup>a</sup> dos Prazeres, de Lages, com 886,02 m<sup>2</sup>; a Maternidade de Mafra, com 1.790,00 m<sup>2</sup>; o Hospital de Araquari, com 859,73 m<sup>2</sup> e a 1.<sup>a</sup> fase do Hospital Regional de Xanxerê. Em convênio com as entidades regionais, vem sendo executada a ampliação do Hospital e Maternidade N. S.<sup>a</sup> do Parto de Alfredo Wagner, com 1.523,17 m<sup>2</sup>; a ampliação do Hospital de Caridade de Angelina, com 675,00 m<sup>2</sup> e a melhoria da Maternidade de Pôrto União e do Hospital de Caridade de São Francisco do Sul.



Hospital N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> dos Prazeres (Lages)

Maternidade de Mafra



Posto de Saúde de Balneário de Camboriú



Laboratório Central do Departamento de Saúde Pública





Saneamento Rural



### **Saneamento Básico**

Em convênio com a Secretaria da Saúde e Assistência Social, procedeu-se ao abastecimento d'água nas localidades de Ganchos de Fora, Ganchos do Meio e Ganchos do Canto, com a construção do reservatório e rede de distribuição. O mesmo ocorreu na Barra do Camboriú (Município de Balneário de Camboriú) e na Armação da Piedade.

Ainda no programa Saneamento Básico foram construídas 2.068 privadas, beneficiando as localidades de Barra do Balneário do Camboriú, Morro do Boi, Estaleiro, Taquaras, Município de Palhoça, Ganchos de Fora, Ganchos do Meio e Município de Gravatal.

### **Cooperação Social**

Visando à integração da pessoa humana à comunidade, o Governo do Estado, em regime de convênio, voltou-se à ação social integrada, com a realização de cursos de educação de base e treinamento, com adoção das técnicas de desenvolvimento comunitário.

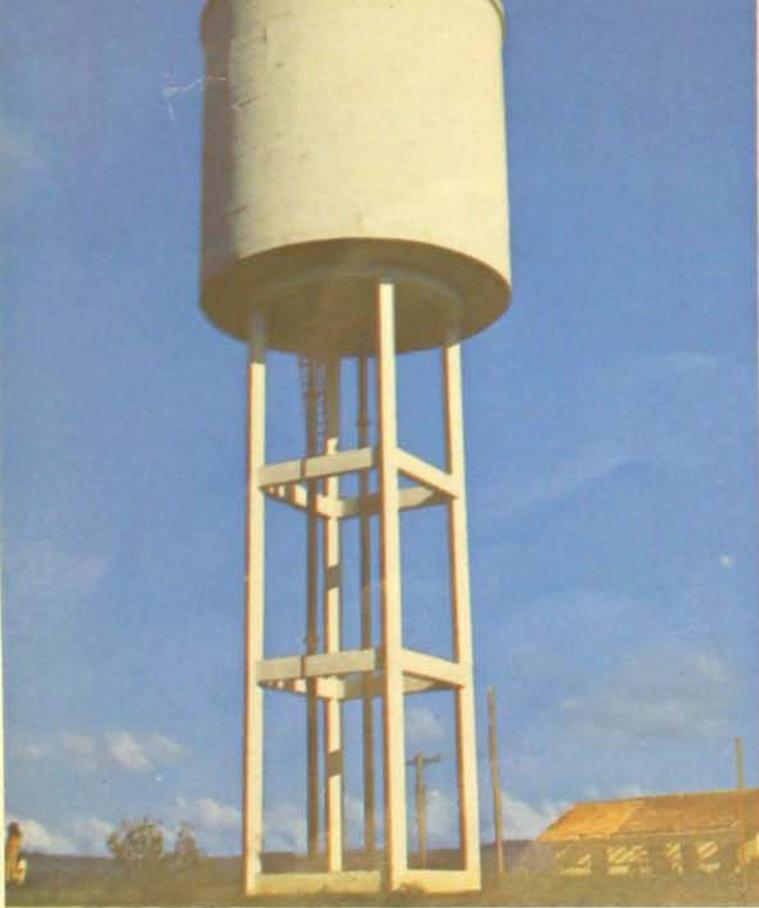
### **Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal**

A Formação dos Recursos Humanos é meta também da Saúde Pública: a Secretaria da Saúde e Assistência Social, com recursos do PLAMEG, atribuiu 52 bolsas para diversas especialidades médicas, paramédicas e de capacitação de pessoal de nível médio, e realizou cursos de Enfermagem do Lar, Socorros de Urgência, Higiene Materno-Infantil, Saneamento Básico e de Educação de Base.

# ABASTECIMENTO D'ÁGUA

Em convênio com o Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária (DAES) o Plameg investiu cerca de NCr\$ 300.000,00 nas obras de construção da 2.ª Adutora dos Pilões, para abastecimento d'água de Florianópolis.

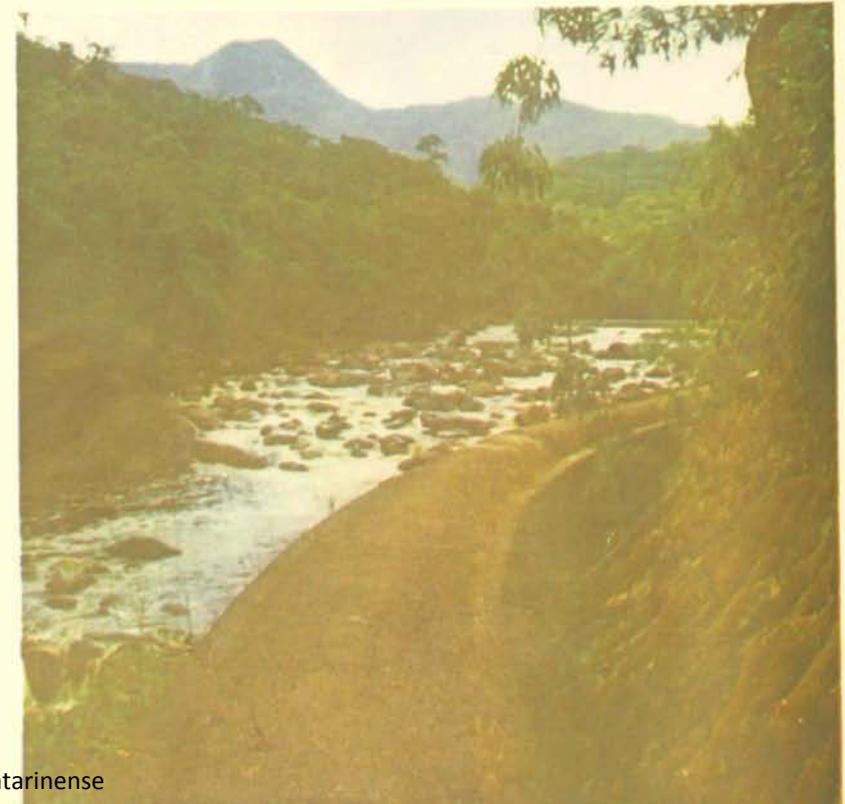
Também em convênio com o DAES foi procedida a primeira etapa de abastecimento d'água da localidade de Barra do Aririú, em Palhoça; — a aquisição de canos para a instalação da rede d'água de Rio Maina, em Criciúma; — e o saneamento e abastecimento d'água na zona carbonífera, abrangendo as cidades de Morro da Fumaça, Nova Veneza, Lauro Müller e Içara. Em convênio com a Prefeitura de Balneário de Camboriú foi procedida a complementação dos serviços de abastecimento de água potável daquela cidade Balneária. Com firma especializada foi contratado o projeto hidráulico sanitário completo das obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Criciúma.



Abastecimento na zona carbonífera

Com a Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública foi executada a instalação do sistema de abastecimento d'água da cidade de Urussanga e se encontra em fase adiantada a implantação do sistema de abastecimento de Rio do Sul. Também em convênio com a Fundação SESP está sendo procedida a implantação do sistema de abastecimento d'água de Joaçaba e Herval D'Oeste, com a participação das Prefeituras interessadas.

Adutora dos Pilões





**Aquisição de novos auto-bombas**

### **Corpo de Bombeiros do Sub-Distrito do Estreito**

O Sub-Distrito do Estreito, com aproximadamente 55.000 habitantes, além do considerável aumento de novas indústrias, há muito reclamava uma unidade de Corpo de Bombeiros. O Governo foi sensível ao reclamo da Comunidade e fez adquirir imóvel de excelente situação, de imediato adaptado à instalação da Unidade do Corpo de Bombeiros.

### **Corpo de Bombeiros de Lages**

Também em Lages, uma das cidades de maior população do Estado, sob processo de acelerado desenvolvimento comercial e industrial, esteve presente o Governo do Estado, fazendo construir um Quartel do Corpo de Bombeiros, com 342,20 m<sup>2</sup> de área.

# **CORPO DE BOMBEIROS**

## **Aquisição de Novos Carros — Material e Equipamento p/ o Corpo de Bombeiros de Florianópolis:**

Florianópolis cresce em ritmo de centro metropolitano e o seu Corpo de Bombeiros deve preparar-se para a continuidade desse crescimento.

Foi iniciado pelo PLAMEG o equipamento adequado da Corporação, com a aquisição de material técnico de primeira ordem: 2.000 metros de mangueira, acessórios para equipagem dos veículos e roupas amianto. Seis novos auto-bombas, recentemente adquiridos e que se destinam, também, a atendimento no interior, são a primeira parcela da nova frota necessária à expansão da valorosa unidade da nossa centenária Polícia Militar.

## **Corpo de Bombeiros de Lages**



# ESCOLA DE POLÍCIA

Em convênio com a Secretaria de Segurança Pública foi instalada no Estreito a Escola de Polícia. Totalmente equipada, com Gabinete Psicotécnico, duas salas de aula e Biblioteca, a Escola de Polícia já registrou resultados excelentes no aperfeiçoamento do contingente de policiais da Secretaria de Segurança, responsável pela manutenção da ordem pública.



Delegacia de Policia do Sub-Distrito do Estreito (Perspectiva)

Delegacia e Cadeia Pública de Biguaçu



**Formação do Pessoal** — Ainda em convênio com a Secretaria da Segurança Pública realizou-se em maio de 1967 o primeiro Curso de Aperfeiçoamento de Funcionário da Secretaria de Segurança Pública no Instituto Nacional de Identificação do Departamento Federal de Segurança Pública, em Brasília; em julho de 1967 celebrou-se o 2.º convênio para Aperfeiçoamento de Escrivães de Polícia e em novembro daquele ano foi deferida a realização de estágio de aperfeiçoamento de funcionário da S.S.P., no Instituto Nacional de Identificação do Dept.º Federal de Segurança Pública. Em 1968 celebrou o PLAMEG mais dois convênios com a S.S.P. objetivando, no primeiro, a realização de Curso de Aperfeiçoamento e Revisão para Escrivães, Comissários e Investigadores Criminais e, no segundo, a realização de um Curso de Aperfeiçoamento para Carcereiros.

**Delegacias e Cadeias** — Além do início da construção da Casa de Detenção de Florianópolis, concluiu-se no atual Governo a Delegacia de Polícia de Mondai, com 327,60 m<sup>2</sup> e a de Biguaçu com 276,00 m<sup>2</sup>. Já desapropriado o terreno e concluído o Projeto, dar-se-á início em breve à Delegacia e Cadeia Pública do Sub-Distrito de Estreito.



Casa de Detenção de Florianópolis

## SISTEMA PENITENCIÁRIO

O atual sistema penitenciário de Santa Catarina funciona com deficiência; possui somente um Estabelecimento Penal, a «Penitenciária de Pedra Grande» e uma seção agrícola localizada no Distrito de Canavieiras, os quais, muito embora apresentem índices excepcionais de recuperação, não espelham a realidade penitenciária catarinense. A população carcerária recolhida às cadeias públicas das Comarcas representa o dobro da população penitenciária. As penas impostas nesses locais são cumpridas sem observância dos princípios gerais da terapêutica correccional aplicada: os detentos são segregados da sociedade e permanecem simplesmente depositados até final da pena imposta. A recuperação nessas condições é mínima, senão nula, eis que a laborterapia racionalizada, fundamento maior na recuperação do sentenciado, inexistente nas cadeias públicas.

Outra lacuna no nosso sistema penitenciário é a inexistência, nesta Capital, de uma Casa de Detenção. A Penitenciária do Estado, em caráter excepcional, vem acolhendo marginais de elevada periculosidade face a ausência de segurança e de higiene mínimas nos xadrezes das Delegacias da Capital e arredores.

A construção da Penitenciária Agrícola de Chapecó e da Casa de Detenção nesta Capital, constituem, por conseguinte, metas prioritárias no programa de segurança pública.

# HABITAÇÃO

A Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina — COHAB/SC — integrada no sistema financeiro de habitação, tem por finalidade principal o estudo dos problemas de habitação popular, o planejamento e a execução de suas soluções.

A COHAB/SC desenvolve suas atividades em coordenação com o Banco Nacional da Habitação e com os diferentes órgãos da administração estadual e municipal, objetivando ampliar a atual oferta de residências na faixa populacional de mais baixa renda.

Criada a Companhia, na forma de Sociedade de Economia Mista, pelo Decreto n.º GE 15-4-66/4.032, deu-lhe o Governo do Estado através da subscrição de 99,96% de seu capital inicial de NCr\$500.000,00 — tôdas as condições para desenvolver normalmente suas tarefas peculiares. Coube ao PLAMEG subscrever êsse capital em nome do Governo do Estado de Santa Catarina. O desenvolvimento rápido da Companhia, acompanhando a dinâmica do Plano Nacional de Habitação, exigiu novos aumentos de capital, primeiro para NCr\$ 535.000,00 e depois para NCr\$ 695.000,00, subscrevendo o PLAMEG o aumento de NCr\$ . . . . 195.000,00.

Com êsses recursos, destinados ao custeio do órgão, está a COHAB/SC cumprindo as finalidades a que se propôs o Governador Ivo Silveira quando da criação da Companhia, que, em dois anos de atividade, atingiu 20 Municípios com a construção de 5.977 casas populares, estando 1.006 concluídas e comercializadas, assim distribuídas: **Núcleos Residenciais concluídos:** 1 — Núcleo Residencial «Cidade dos Mineiros de Criciúma» 500 casas; 2 — Núcleo Residencial de Mafra 100 casas; 3 — Núcleo Residencial «Déa Cesar Coufal» de Balneário de Camboriú 192 casas; 4 — Núcleo Residencial «Governador Ivo Silveira» de Palhoça 214 casas; **Núcleos Residenciais em construção:** 5 — Laguna 136 casas; 6 — São Joaquim 100 casas; 7 — São Bento do Sul 221 casas; 8 — Chapecô 204 casas; 9 — Tijucas 100 casas; 10 — Joinville 499 casas; 11 — Brusque 81 casas; 12 — Blumenau 87 casas; 13 — Canoinhas 102 casas; 14 — Xanxerê 101 casas; 15 — Lages 1.044 casas; 16 — Florianópolis 1.008 casas; 17 — Itajaí 500 casas; 18 — Tubarão 470 casas; 19 — Curitiba 200 casas; 20 — Fraiburgo 188 casas.

Para a construção dessas unidades habitacionais o Banco Nacional de Habitação concedeu financiamento na ordem de NCr\$ 25.700.000,00.



Uma das muitas casas populares  
construídas pela COHAB/SC

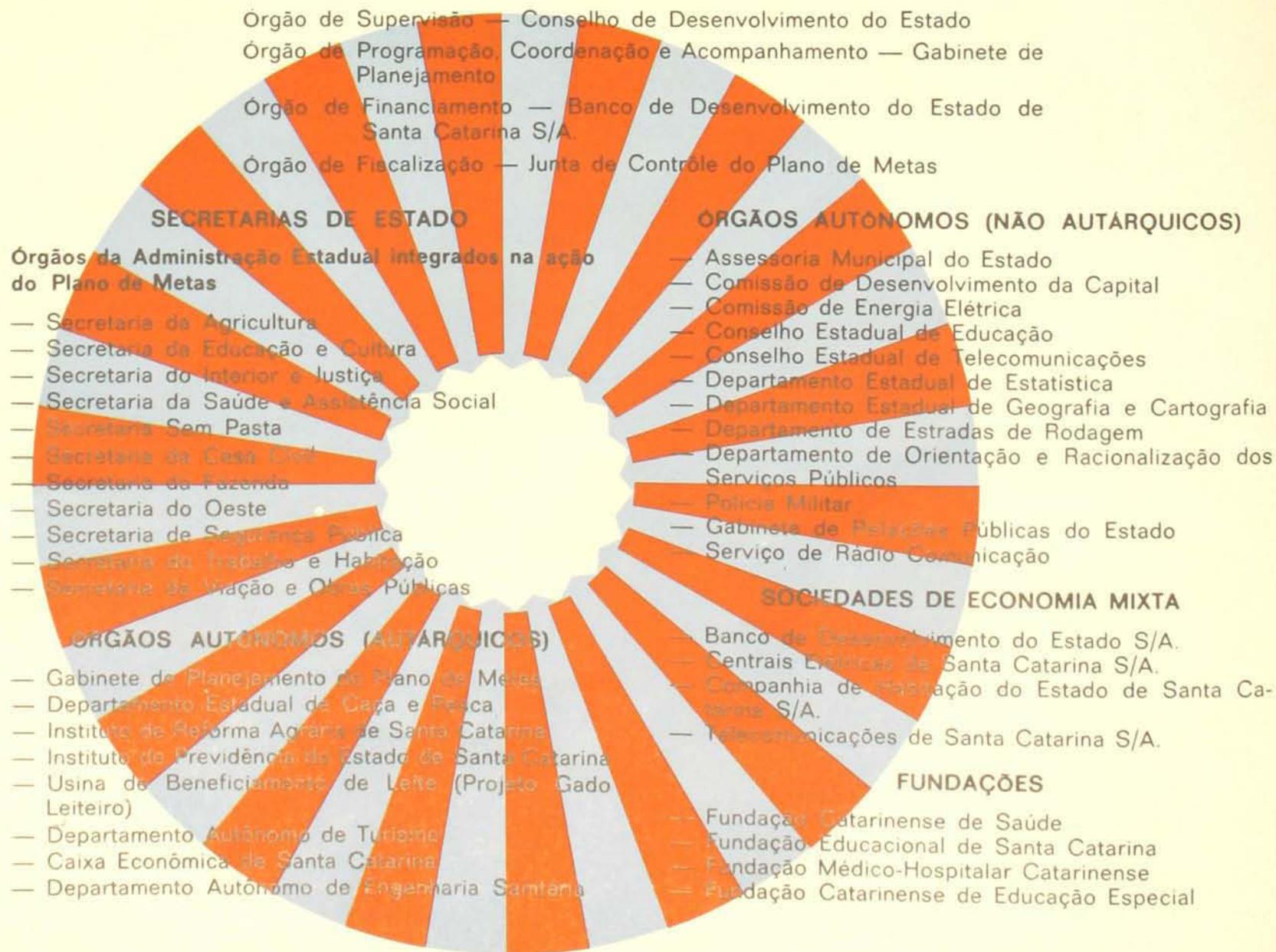
# plameg

## INVESTIMENTOS POR METAS E PROGRAMAS NO TRIÊNIO 1966/68

### ESPECIFICAÇÃO

<b>MELHORIA DOS MEIOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>4.816.369,35</b>
Administração .....	4.816.369,35
<b>VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS</b>	<b>8.913.014,84</b>
Educação .....	8.878.889,61
Projetos Especiais .....	34.125,23
<b>EXPANSÃO ECONÔMICA</b>	<b>49.140.119,95</b>
Energia .....	4.862.665,85
Transportes .....	40.086.374,95
Agropecuária .....	3.864.513,46
Industrialização .....	46.000,00
Finanças .....	90.000,00
Projetos Especiais .....	190.565,69
<b>MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIAIS</b>	<b>3.209.099,35</b>
Segurança .....	556.474,09
Saúde e Saneamento .....	1.896.049,65
Habitação e Planejamento Urbano .....	593.208,04
Assistência e Previdência .....	50.000,00
Projetos Especiais .....	113.367,57
<b>PROSSEGUIMENTO DO I.º PLANO DE METAS</b>	<b>4.115.840,95</b>
Aplicação autorizada pelo art. 2.º combinado com o art. 7.º, § 3.º, da Lei Instituidora do II.º Plano de Metas .....	4.115.840,95
<b>TOTAL GERAL</b> .....	<b>70.194.444,44</b>

# ORGÃOS DE ESTRUTURA DO PLANO DE METAS



## GABINETE DE PLANEJAMENTO

### Estrutura Interna

Secretário Executivo — Dr. Hamilton José Hildebrand

Secretário de Estado Sem Pasta — Dr. Armando Calil Bulos

Comissão de Programas e de Coordenação Orçamentária

Coordenador: Hoyêdo de Gouvêa Lins — Assessor de Administração

#### Membros:

##### a) ASSESSORES do G. P.

Alberto Cesa dos Santos — Assessor de Orçamento

Félix Schmiegelow — Assessor de Transportes

Mário Mafra — Assessor Jurídico

Pedro Nicoláo Prim — Assessor de Educação e Cultura

##### b) DIRETORES DE DIVISÃO do G. P.

Hamilton Augusto Platt — Divisão de Projetos

Ivo Maes — Divisão de Pesquisa e Estatística

Zenon Carlos Garcia — Divisão Executiva de Fiscalização e Contrôlo

Jael Pio de Souza — Divisão de Finanças e Orçamento

Antônio Heinzen — Divisão Jurídica

##### c) TÉCNICOS CONVIDADOS:

Annito Zeno Petry — Engenharia Sanitária

Ary Kardec Bosco de Mello — Economia e Finanças

Ernesto Tremel — Pesca

Glauco Olinger — Agricultura

Joaquim Pinto de Arruda — Saúde

Oswaldo Ferreira de Melo — Educação e Cultura

Chefe do Gabinete — Arestino José de Campos

Divisão de Administração — Alberto Schmidt

Órgãos Especiais — Hercílio de Fávéri - Grupo Executivo de Prédios Escolares

Wilson Luiz Pereira — Serviço de Planificação

Inésio Liberato Laus — Seccional da Contadoria Geral do Estado.

# CONCLUSÃO

Três anos de administração e 151.220 metros quadrados de escolas e prédios públicos construídos, além de mais 101.000 metros quadrados em construção; 1.800 quilômetros de novas linhas de extensão conduzindo mais energia gerada no Estado para o consumo do Estado; 2.377 Km de obras rodoviárias realizadas; 114.000 matrículas novas oferecidas à população escolar; quatro milhões de cruzeiros novos aplicados na agropecuária — eis, entre o total, alguns flagrantes do saldo de três anos de realizações do Governo Ivo Silveira, durante os quais o PLAMEG aplicou a soma bruta de setenta milhões de cruzeiros novos.

Aditem-se a esse saldo as medidas de reforma administrativa, o reaparelhamento de órgãos e serviços, a criação de mecanismo para ativação do turismo.

Somem-se a reconstituição do FUNDESC e a criação dos estímulos fiscais como instrumentos de incentivo à expansão industrial catarinense.

Poder-se-á assim, mensurar o resultado dos investimentos e das medidas anunciadas neste Relatório e há de constatar-se que, se esses empreendimentos foram socialmente justificáveis — porque desejados pelas comunidades que atingiram, tiveram todos sentido e justificação econômica, porque refletiram na geração de novos ingressos à receita pública, determinaram a criação de novos serviços e permitiram a elevação da renda interna, porque deram motivo à expansão das atividades produtivas.

Um trabalho de três anos, uma obra de todo o governo, que teve no Governador o grande responsável.

Um saldo de resultados que pertencem ao Povo de Santa Catarina.

plameg

1968 marca o terceiro ano de execução do Plano de Metas do Governo. Este documentário é uma síntese do triênio, num enfoque panorâmico da ação do Governo.

Ação que se traduz nesse gesto comum do Governador, de ultimar, com o prazer que a inauguração significa, a obra que foi iniciada com a tranqüila certeza de que seria concluída, porque útil ao seu Estado e ao seu Povo.





GOVERNO IVES LVEIRA

PLANO DE METAS DO GOVERNO

— RELATÓRIO 1966-1968 —